

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 028

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 04 DE ABRIL DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Valdir Rossoni
Líder Oposição	Irineu Colombo
PTB.....	Ademar Traiano
PFL.....	Plauto Miró Guimarães
PMDB.....	Nereu Moura
PPB.....	Tony Garcia
PT.....	Ângelo Vanhoni
PDT.....	Edgar Bueno
PSDB.....	Antonio Carlos Baratter
PSB.....	Ricardo Maia
PSL.....	Edno Guimarães
PST.....	Divanir Braz Palma

Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro (licenciado) - Renato Gauchó - Serafina Carrilho - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Edno Guimarães; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSC 01: Miltinho Puppio.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 023ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
04 DE ABRIL DE 2000**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermes Fonseca e Carlos Simões.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54)

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO Nº 060-DHT-2000

Curitiba, 03.04.2000.

Senhor Presidente.

Sirvo-me do presente para solicitar os bons préstimos de Vossa Excelência, no sentido de autorizar a entrega do título de Cidadão Honorário do Estado do

Paraná, ao Senhor José Polini, seja realizada no dia 07.05.2000, às 15:00 horas, no salão nobre da prefeitura municipal da cidade de Ponta Grossa, sito à Avenida Visconde de Taunay, nº 950.

Saliento que o presente título de “Cidadania Honorária”, foi consignado ao homenageado através da Lei nº 12.491 de 20.01.99, publicada no Diário Oficial nº 5.430 em 05.02.99.

Diante do exposto, certo de contar com vossa preciosa compreensão, reitero na ocasião, votos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 04.04.2000.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 458

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e conforme dispõe a Constituição Estadual (Art. 62, § 3), REQUEREM, a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), constituída de 11 (onze) membros e com prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias, para investigar e apurar fatos pertinentes aos medicamentos no Estado, especialmente diante das gravidades das denúncias levantadas pela CPI da Câmara Federal.

Sala das Sessões, em 04.04.2000.

(aa) DUÍLIO GENARI, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, NELSON GARCIA, CESAR SELEME, ALGACI TULIO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, TIAGO AMORIM NOVAES, VALDIR ROSSONI, HIDEKAZU TAKAYAMA, HERMAS BRANDÃO, DURVAL AMARAL, CEZAR SILVESTRI, CARLOS SIMÕES, LUIZ ACCORSI, ADEMAR TRAIANO, DIVANIR BRAZ PALMA, LUIZ CARLOS MARTINS, FERNANDO RIBAS CARLI, EDNO GUIMARÃES, RICARDO CHAB, ELIO RUSCH, TONY GARCIA, GERALDO CARTÁRIO, CHICO NOROESTE, MOYSÉS LEÔNIDAS E ANTONIO CARLOS BELINATI.

REQUERIMENTO Nº 459

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e conforme dispõe a Constituição Estadual (Art. 62, § 3º), REQUEREM, após ouvido o douto Plenário a constituição de (onze) membros e com prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias, para investigar e apurar fatos pertinentes ao narcotráfico e o crime organizado no Estado do Paraná, assunto de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social, especialmente diante da gravidade das denúncias levantadas pela CPI da Câmara dos Deputados, em recente passagem por Curitiba.

Sala das Sessões, em 04.04.2000.

(aa) RICARDO CHAB, DUÍLIO GENARI, CARLOS SIMÕES, TONY GARCIA, NELSON GARCIA, CHICO NOROESTE, LUIZ CARLOS MARTINS, CESAR SELEME, ADEMAR TRAIANO, TIAGO AMORIM NOVAES, CEZAR SILVESTRI, HIDEKAZU TAKAYAMA, LUIZ ACCORSI, ALGACI TULIO, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, VALDIR ROSSONI, HERMAS BRANDÃO, ANTONIO CARLOS BELINATI, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, DIVANIR BRAZ PALMA, FERNANDO RIBAS CARLI, ELIO RUSCH, BERALDIN, EDNO GUIMARÃES, MOYSÉS LEÔNIDAS E GERALDO CARTÁRIO.

REQUERIMENTO Nº 460

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e conforme dispõe a Constituição Estadual (Art. 62, § 3), REQUEREM, a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), constituída de 11 (onze) membros e com prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias, para investigar e apurar fatos pertinentes ao roubo de cargas no Estado, assunto de grande interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 04.04.2000.

(aa) RICARDO CHAB, DUÍLIO GENARI, NELSON GARCIA, LUIZ CARLOS MARTINS, CHICO NOROESTE, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, CARLOS SIMÕES, ADEMAR TRAIANO, TIAGO AMORIM NOVAES, HIDEKAZU TAKAYAMA, LUIZ ACCORSI, CESAR SELEME, VALDIR ROSSONI, HERMAS BRANDÃO, DIVANIR BRAZ PALMA, ANTONIO CARLOS BELINATI, TONY GARCIA, ALGACI TULIO, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, ELIO RUSCH, EDNO GUIMARÃES, FERNANDO RIBAS CARLI, DURVAL AMARAL, GERALDO CARTÁRIO, CEZAR SILVESTRI E MOYSÉS LEÔNIDAS.

REQUERIMENTO Nº 461

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e conforme dispõe a Constituição Estadual (Art. 62, § 3), REQUEREM, a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), constituída de 11 (onze) membros e com prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias, para investigar e apurar fatos pertinentes a adulteração dos combustíveis, sonegação de impostos pelas distribuidoras de petróleo e postos de gasolina no Estado do Paraná, assunto de relevante interesse para a vida pública, econômica e social, especialmente diante das denúncias levantadas pela sociedade civil paranaense.

Sala das Sessões, em 04.04.2000.

(aa) RICARDO CHAB, DUÍLIO GENARI, NELSON GARCIA, LUIZ CARLOS MARTINS, CHICO NOROESTE, TIAGO AMORIM NOVAES, TONY GARCIA, CESAR SELEME, GERALDO CARTÁRIO, CARLOS SIMÕES, CEZAR SILVESTRI, HIDEKAZU TAKAYAMA, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ALGACI TULIO, VALDIR ROSSONI, HERMAS BRANDÃO, DIVANIR BRAZ PALMA, ANTONIO CARLOS BELINATI, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, ELIO RUSCH, FERNANDO RIBAS CARLI, EDNO GUIMARÃES, MOYSÉS LEÔNIDAS, ADEMAR TRAIANO E LUIZ ACCORSI.

REQUERIMENTO Nº 462

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e conforme dispõe a Constituição Estadual (Art. 62, § 3), REQUEREM, a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), constituída de 11 (onze) membros e com prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias, para investigar e apurar formação de cartel entre empresas independentes, para, em atuação coordenada, restringir a concorrência, e, via de consequência, elevar os preços dos gêneros de primeira necessidade e demais produtos de uso geral da população.

Sala das Sessões, em 04.04.2000.

(aa) RICARDO CHAB, CARLOS SIMÕES, LUIZ ACCORSI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, DURVAL AMARAL, ALGACI TULIO, ADEMAR TRAIANO, GERALDO CARTÁRIO, CESAR SELEME, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, CEZAR SILVESTRI, HIDEKAZU TAKAYAMA, FERNANDO RIBAS CARLI, CHICO NOROESTE, ANTONIO CARLOS BELINATI, TIAGO AMORIM NOVAES, ELIO RUSCH, DUÍLIO GENARI, TONY GARCIA, NELSON GARCIA, EDNO GUIMARÃES, MOYSÉS LEÔNIDAS, LUIZ CARLOS MARTINS E VALDIR ROSSONI.

REQUERIMENTO Nº 479

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja convocado o secretário de Estado da Comunicação Social, senhor David Campos, a comparecer a esta Casa de Leis para prestar esclarecimentos sobre a realização dos Jogos Mundiais da Natureza e os respectivos gastos com a divulgação do evento.

Esta convocação se justifica diante da gravidade de denúncias veiculadas pela imprensa envolvendo este evento realizado pelo governo do Estado.

Sala das Sessões, em 04.04.2000.

(a) IRINEU COLOMBO

Apoiamento:

Ademir Bier, Edson Strapasson, Luiz Carlos Zuk,
Péricles Mello e Edgar Bueno.

REQUERIMENTO Nº 480

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja convocado o secretário de Estado do Esporte e Turismo, senhor Segismundo Morgnstern, a comparecer a esta Casa de Leis para prestar esclarecimentos sobre a realização dos Jogos Mundiais da Natureza.

Esta convocação se justifica diante da gravidade de denúncias veiculadas pela imprensa envolvendo este realizado pelo governo do Estado.

Sala das Sessões, em 04.04.2000.

(a) IRINEU COLOMBO

Apoiamento:

Ademir Bier, Edson Strapasson, Luiz Carlos Zuk,
Péricles Mello e Edgar Bueno.

REQUERIMENTO Nº 481

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja convocado o ex-secretário de Estado do Esporte e Turismo, senhor Ney Leprevost Neto, a comparecer a esta Casa de Leis para prestar esclarecimentos sobre a realização dos Jogos Mundiais da Natureza.

Esta convocação se justifica diante da gravidade de denúncias veiculadas pela imprensa envolvendo este evento realizado pelo governo do Estado.

Sala das Sessões, em 04.04.2000.

(a) IRINEU COLOMBO

Apoiamento:

Ademir Bier, Edson Strapasson, Luiz Carlos Zuk,
Péricles Mello, Edgar Bueno e José Maria Ferreira.

REQUERIMENTO Nº 466

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família da senhora Inaura Hernandez Cantarin, falecida no último dia 30 de março, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 04.04.2000

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 465

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do senhor Oscar Boeing, falecido no último dia 30 de março, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 04.04.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 467

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do senhor Romulo Favilla, falecido no último dia 28 de março, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 04.04.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 474

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do senhor Celso Rother, que ocorreu no último dia 01 de abril do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência as filhas Melissa Silva Rother e Carolina Silva Rother, através de correspondência a ser encaminhada a Avenida Brasil, 1290 - caixa postal 156, CEP 86870-000, Ivaiporã - Paraná.

Sala das Sessões, em 04.04.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 475

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento da senhora Júlia da Luz Mariano, que ocorreu no último dia 02 de abril do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao filho João Mariano, através de correspondência a ser encaminhada a Avenida Paraná, 458 - CEP 86860-000, Jardim Alegre - Paraná.

Sala das Sessões, em 04.04.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 483

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, depois de ouvido o duto Plenário, envio de votos de pesar à família do jovem Jordani Gelak, falecido no dia de ontem, 03 de abril de 2000, na cidade de Ponta Grossa.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos familiares, à Rua Airton Playsant, 325, CEP 84010-510 - Ponta Grossa - Paraná.

Sala das Sessões, em 04.04.2000.

(aa) PÉRICLES MELLO

LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

O jovem Jordani Gelak, de apenas 19 anos, é filho do senhor Wilson Gelak, proprietário da Metalúrgica 3M,

no município de Ponta Grossa. Seu passamento abriu uma irreparável lacuna no seio da família e dos amigos. Jamais se apagará da memória a lembrança do jovem Jordani, pela amizade e amor dedicado a todos que com ele tiveram o prazer de conviver.

Os deputados acima subscritos, propõem que esta Casa se solidarize com a família enlutada.

REQUERIMENTO Nº 468

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Senge - Paraná, alusivos aos 65 anos de sua fundação, que ocorrerá no próximo dia 6 de abril.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente senhor Carlos Roberto Bittencourt, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Marechal Deodoro, 211, 7º andar, CEP 80020-320, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 04.04.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 476

Senhor Presidente.

Os deputados abaixo subscrito, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após anuência do Plenário, o envio de cumprimentos e votos de congratulações desse Poder Legislativo, aos membros titulares da Diretoria Executiva, aos membros dos Conselhos Fiscal e Deliberativo e aos Delegados do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Oeste do Paraná, augurando-lhes uma feliz gestão e que as ações dessa Diretoria sejam todas coroadas de êxitos.

Do aprovado, rogam os requerentes, que seja dada ciência ao senhor Edenilso Rossi Arnaldi, presidente da Sinduscon, gestão 2000/2001 à Rua Souza Naves, 3445 CEP 85803-030 - Cascavel - Paraná.

Sala das Sessões, em 04.04.2000.

(aa) ELIO RUSCH

ANTONIO BARATTER

TIAGO AMORIN NOVAES

REQUERIMENTO Nº 477

Senhor Presidente.

Os deputados, que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações ao grupo Super Muffato pela inauguração de mais uma unidade na cidade de Cascavel.

Requerem ainda que, desta decisão, seja cientificado o grupo Muffato na pessoa do senhor Ederson Muffato, diretor presidente do grupo Muffato, na Avenida Brasil, 7210, Centro, Cascavel, Paraná.

Sala das Sessões, em 04.04.2000.

(aa) ANTONIO BARATTER

EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

O grupo Super Muffato está inaugurando no dia 04 de abril do corrente mais um supermercado na cidade de Cascavel.

É a quarta unidade no município de Cascavel e a décima quinta do grupo.

O novo empreendimento conta com um espaço físico de mais de 2.000 m², no qual foram investidos mais de 800 mil reais. Nessa fase inaugural, 125 empregos já estão assegurados.

A nova loja é uma das mais modernas do Estado, com plenas condições de oferecer um serviço de qualidade para os seus clientes.

A inauguração deste supermercado demonstra a competência de um grupo que vem num constante crescimento, gerando empregos e trazendo mais divisas para todo o Estado do Paraná.

Pelo exposto, propomos homenagear toda a família Muffato na pessoa do senhor Ederson Muffato, contando merecer o voto favorável dos nobres pares.

REQUERIMENTO Nº 478

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Presidência e funcionários Senge-PR - Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná, pela passagem de seus 65 anos de fundação, o qual ocorrerá no dia 06 de abril de 2000.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao presidente do Senge-PR, Engenheiro Carlos Roberto Bittencourt, através de correspondência a ser encaminhada, Rua Marechal Deodoro, 211, 7º andar, Edifício Bradesco, CEP 80019-320, nesta Capital.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regime desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.04.2000.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 486

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Colégio Estadual do Paraná (Avenida João Gualberto, 250), pela comemoração de seus 154 anos.

Sala das Sessões, em 04.04.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual do Paraná está completando hoje 154 anos de existência. Considerado o maior estabelecimento de ensino médio do País, o prédio histórico do colégio está completando 50 anos.

O prédio do Colégio foi construído em 1944 durante a segunda guerra mundial e inaugurado seis anos depois, com a presença do então presidente da república Eurico Gaspar Dutra. Devido à guerra e também à falta de material, muitas coisas, como cimento e material elétrico foram importados dos Estados Unidos.

O Colégio Estadual teve outras sedes desde que foi fundado em 13 de março de 1946, com o nome de Liceu de Curitiba. Ele é mais antigo que o Estado do Paraná e abriga na sua história personagens famosos e curiosos. A visita do Imperador Dom Pedro II, por exemplo, marcou o ano de 1880. O uso da palmatória, nessa época, era previsto pelo regimento interno. Em 1886, participou ativamente na causa abolicionista. Uma outra curiosidade: durante a segunda guerra, a construção de um abrigo anti-aéreo dentro do colégio movimentou toda a comunidade.

Entre políticos famosos, passaram pelo colégio o ex-governador Ney Braga, o ex-presidente Jânio Quadros e o governador Jaime Lerner. Em 1951, foi criado o Centro Estudantil que tinha o doutor Ary Fontoura como secretário artístico e Mário Petrelli como primeiro presidente eleito. No rádio, o Colégio saiu na frente, ao montar, em 1948, uma emissora com o objetivo inicial de ser um clube de radioamadores.

Curitiba também está de aniversário - o Colégio Estadual do Paraná é um dos marcos da nossa Capital e de todo o nosso Estado. pela comemoração de seus 154 anos, receba o Colégio Estadual do Paraná, através de sua diretora - senhora Adélia Dias Castela Ribeiro, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 488

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Secretaria Municipal de Saúde (Avenida Sete de Setembro, 3497 - Curitiba), pela comemoração de um ano do Programa “Mãe Curitibana”.

Sala das Sessões, em 04.04.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Curitiba, no mês de seu aniversário tem mais um motivo para comemorar - a implantação de um ano do Programa “Mãe Curitibana”, voltado ao atendimento de gestantes e crianças residentes em nossa cidade e que vem sendo modelo de organização de saúde em todo o Brasil.

Há um ano, o sistema de atendimento à gestante de Curitiba foi completamente reformulado, com o desenvolvimento de novo protocolo de pré-natal, em parceria com a Sociedade de Ginecologia e Obstetrícia do Paraná, incluindo a testagem de rotina para o HIV. Avanços técnicos foram alcançados com a garantia de medicamentos para tratamento de doenças importantes na gestação, como a toxoplasmose, assim como prevenção da isoimunização Rh de forma mais efetiva.

Parcerias da Prefeitura Municipal de Curitiba, com as maternidades foram essenciais para a garantia de leitos hospitalares. As gestantes de Curitiba, ao iniciarem seu pré-natal, já são informadas em que hospital terão o seu parto, evitando a insegurança e incerteza. A segurança é reforçada com a visita à maternidade durante o pré-natal, fortalecendo o vínculo com o serviço.

Neste ano, quase 25 mil gestantes já foram vinculadas ao Programa e houve um aumento significativo no número de partos ofertados pelo SUS nas 13 maternidades conveniadas com o Programa. Para o ano 2000, o Programa foi reformulado, com a introdução do Planejamento Familiar e de alterações no acompanhamento das gestantes portadoras de HIV, sífilis e toxoplasmose.

O Programa “Mãe Curitibana” teve durante este ano dois destaques: foi o único programa brasileiro indicado pelo Ministério da Saúde para representar o Brasil num concurso sobre projetos inovadores patrocinados pela Organização Mundial de Saúde. Além disso, recebeu o prêmio estadual “Dignidade Solidária”, como programa de destaque na área governamental.

Pelo aniversário de um ano de sucesso do Programa “Mãe Curitibana”, receba a Secretaria Municipal de Saúde, através de seu secretário, doutor Luciano Ducci, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 490

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações a Escola Estadual Professora Maria Balbina Costa Dias - Ensino de 1º Grau (Rua Konrad Adenauer, 668 - Tarumã - Curitiba), pela comemoração de 43 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 04.04.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual Professora Maria Balbina Costa Dias, desta Capital, completou em data de 31 de março do corrente, 43 anos.

A Escola nasceu da necessidade que sentiu o antigo presidente do Jockey Club, em atender os filhos de seus funcionários. O prédio foi projetado com duas salas para atender um pequeno número de crianças e criada como Escola Isolada no governo de Moisés Lupion, em 1957.

Apesar de ter sido criada para atender somente os filhos dos funcionários do Jockey Club, outras crianças do bairro a procuraram e foi necessária sua aplicação.

Em 1968, passou de Escola Isolada a Casa Escolar e tornou-se Grupo Escolar “Jockey Club”, pelo Decreto nº 8.015, de 21.12.1967.

No dia 05 de outubro de 1971, a Escola Jockey Clube - Ensino de 1º Grau, integrante do Complexo Escolar Abel Scussiato - Ensino de 1º Grau, município de Curitiba, passou a denominar-se Escola Professora Maria Balbina Costa Dias - Ensino de 1º Grau, onde funcionou

até os 14 dias do mês de fevereiro de 1979, tendo sua trajetória interrompida devido a um incêndio de causa ignorada, com destruição total da escola, obrigando-a a uma nova construção.

Em agosto de 1981, a escola passou a funcionar na Rua Konrad Adenauer, nº 668, no mesmo bairro, onde está até hoje, funcionando com 24 turmas, atendendo de 1ª a 8ª séries no período diurno e Supletivo Fase II (5ª a 8ª séries) no período noturno.

A escola sempre se destacou nas atividades esportivas e literárias da região, sendo tetra campeã nos desfiles de abertura dos Jogos Intercolegiais do Bairro Alto e recebeu várias premiações nos concursos literários com destaques em Contos e Poesias. A escola possui atualmente 865 alunos, distribuídos nos turnos citados.

Pela comemoração de 43 anos, receba a Escola Estadual Professora Maria Balbina Costa Dias, através de sua diretora, senhora Eugenia Zimowski Perevabo e vice-diretor senhor Jair Fernando Soares, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 491

Senhor Presidente.

O deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Roberto Frederico Merhy, parabenizando-o como novo presidente da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais - ABRUEM.

Criada em 1991, a Abreum é composta por trinta e nove universidades estaduais e municipais, e tem por objetivo promover a integração das universidades públicas estaduais e municipais, sua valorização e defesa, além de coordenar o interesse comum dos seus membros.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao reitor da UEPG - Roberto Frederico Merhy, na Rua Praça Santos Andrade, s/n, Ponta Grossa - PR - 84010-330.

Sala das Sessões, em 04.04.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 492

Senhor Presidente.

O deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao senhor Osires Nadal, parabenizando pela posse como presidente da Associação dos Cronistas Esportivos do Paraná - ACEP.

O ponta grossense Osires Nadal, é jornalista e radialista com mais de trinta anos de militância na área esportiva. A cada dia, procurou contribuir para que os cronistas esportivos fossem mais respeitados pela sua capacidade de trabalho e dignidade.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Senhor Osires Nadal, na Ria Tomazina, 271 - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, 04.04.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 469

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de repúdio ao Excelentíssimo senhor governador do Estado de São Paulo, Mário Covas pelas constantes retaliações políticas, econômicas e moral que vem manifestando nos últimos anos contra o Estado do Paraná, tentando estabelecer uma guerra fiscal visando prejudicar a economia paranaense.

Sala das Sessões, em 04.04.2000.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

“Há muito tempo a elite política de São Paulo vem se manifestando de forma arrogante com complexos de superioridade sobre o Paraná. Foi assim quando escravizaram e venderam nossos índios em praças de São Paulo. Foi assim, quando o Paraná era apenas a 5ª Comarca de São Paulo, de quem dependia política e economicamente, e nos submeteram um atraso de dezenas de anos. Foi assim quando nos impuseram preços e manipulações na nossa economia cafeeira. Foi assim quando inventaram a doença conhecida como cancrócitrício e exigiram a extinção dos nossos laranjais para proteger a citricultura de São Paulo, nos penalizando por anos com esta grande mentira...”

E agora a mesma elite política paulista, liderada pelo seu governador Mário Covas, tenta investir sobre o Paraná com a mesma arrogância que assistimos na nossa História. Não se conforma o governador de São Paulo que o Paraná seja hoje um Estado independente e que busca, na inteligência dos seus bons governadores, a solução para consolidar o nosso desenvolvimento. Todos governantes paranaenses das últimas décadas contribuíram, de uma forma ou de outra, para que pudéssemos chegar onde chegamos. Hoje, os números dão conta de que o Paraná lidera o ranking de investimentos nos setores industriais, comércio e serviços, com geração de riqueza, de empregos e de qualidade de vida dos cidadãos. E é exatamente isto que tanto incomoda o governador de São Paulo que faz da inveja avalanche de retaliações: política, econômica e moral contra nosso Estado. Além de promover obstáculos, como por exemplo a sua eterna má vontade política de investir na duplicação da BR-116 para evitar a expansão econômica do Paraná. Um posicionamento criminoso que se reflete nas estatísticas de acidentes fatais nesta importante e movimentada rodovia. E temos ainda a questão dos royalties do fornecimento de energia da Usina de Itaipu. A elite política de São Paulo sempre se posicionou contra este incontestável direito do Paraná. Mas vale ressaltar a luta,

a coragem e a determinação do diretor-presidente do Jornal Gazeta do Povo e TV Paranaense Canal 12, doutor Francisco Cunha Pereira Filho, que numa campanha sistemática e pedagógica, através dos seus meios de comunicação, conseguiu reverter o quadro e hoje o Paraná conta com os royalties de Itaipu.

O governo paulista sabe muito bem onde prejudicar a economia dos outros Estados brasileiros, sempre burlando o impedimento legal dos benefícios fiscais. Recentemente duas grandes empresas foram favorecidas. O governo de São Paulo concedeu a elas financiamento integral do ICMS em 60 meses na importação dos equipamentos. Apenas para lembrar que a lei manda neste tipo de operação que o imposto tem que ser pago no ato do desembaraço fiscal e não depois de cinco anos. Isto é: o governo paulista estabeleceu uma dívida fiscal futura.

Os benefícios criados pelo governo paulista e contestado pelo Paraná são os seguintes: Isenção de ICMS para água natural (Decreto nº 33118/91). Redução da margem de valor agregado de 72% para 32% (Decreto nº 41596/97 - com isto, o fabricante paga menos ICMS). Crédito presumido de 7% para produtos resultantes do abate de aves (Decreto nº 43846/99 - Crédito presumido é um crédito hipotético arbitrado pela Receita paulista e abatido do ICMS a ser recolhido pelo contribuinte, pode corresponder a uma isenção total ou parcial do imposto a ser pago). Diferimento na saída de máquinas e implementos agrícolas para o produtor rural (Decreto nº 43845/99. Diferimento significa transferir para as etapas seguintes do processo produtivo, de forma sucessiva, o recolhimento do ICMS, o que equivale a dizer que isenta os setores beneficiados do recolhimento do tributo). E mais, crédito presumido de 7% aos produtos cerâmicos (Decreto nº 33118/91). Crédito presumido a produtos de informática na ordem de 6,2% (Decreto nº 33118/91). Crédito presumido de 7% para gado e carne bovina (Decreto nº 33118/91).

Como se pode notar, não é o Paraná o causador desta guerra fiscal. O que o Paraná quer é que a elite paulista deixe o cinismo de lado e deixe de prejudicar nosso desenvolvimento econômico burlando a lei. Afinal, não estamos num sistema confederativo? Cabe ressaltar aqui a Lei nº 9.895, sancionada em 1992 que ficou conhecida como a “Lei Anibal Khury” garantindo incentivo ao desenvolvimento industrial do Paraná. A retomada da industrialização do parque paranaense, com crescimento superior à média nacional, teve como alavanca a legislação de incentivos fiscais da chamada “Lei Anibal Khury”. Mesmo assim, o Paraná sempre mostrou transparência na aplicação da lei e nunca desrespeitou o pacto republicano federativo. E esta lei veio para oferecer uma ferramenta capaz de conter os ânimos paulistas que sempre tiraram vantagem desta guerra fiscal, por eles estimulada. A lei do saudoso Anibal Khury foi uma iniciativa pioneira e dela jamais abriremos mão. Não apenas pelos frutos produzidos com um novo surto de industrial-

ização no Paraná, mas por que é um instrumento imprescindível nesta guerra fiscal.

Por tudo isto, os nossos mais sinceros votos de repúdio ao senhor Mário Covas, que quer provocar uma guerra fiscal não apenas envolvendo o Paraná, mas com a sua megalomania, também a Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Espírito Santo. Com esta postura neonzista, o sonho de Covas em ser presidente deste País, já se pode vislumbrar que não passará de um sonho, ou na melhor das hipóteses, um fiasco.

Favor encaminhar cópia ao Excelentíssimo governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner, Excelentíssimo governador do Estado de São Paulo, Mário Covas, ao Excelentíssimo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e ao Excelentíssimo Ministro da Fazenda, Pedro Malan”.

REQUERIMENTO Nº 484

Senhor Presidente.

O deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo senhor Paulinho Dalmaz - Mui Digno diretor geral do Departamento de Estradas de Rodagem, solicitando o recapeamento ou a “operação tapa buraco”, no trecho da PR 218, entre a estação da Copel até o Matadouro Municipal (aproximadamente 3 quilômetros).

Sala das Sessões, em 04.04.2000.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

O prefeito municipal, o presidente da Câmara Legislativa, a Avícola Felipe S/A, a Indemil, a Aviação Paranaíba e a Fafipa, todos da cidade de Paranaíba, solicitam através de requerimento em anexo, o recapeamento ou a “operação tapa buracos”, no trecho da PR 218, entre a estação da Copel até o Matadouro Municipal (aproximadamente 3 km), tendo em vista a grande necessidade de todos que necessitam dessa PR para as diversas finalidades e a mesma encontra-se intransitável, sendo prejudicial à população.

Face ao exposto, solicito apoio dos nobres Pares, visando encaminhar, através de expediente, o presente ao senhor Paulinho Dalmaz - Mui Digno diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagens - Avenida Iguaçu, 420 - Centro - Curitiba -PR, a fim de que seja analisada a solicitação.

REQUERIMENTO Nº 487

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja enviado expediente à Secretaria de Estado da Cultura, reforçando solicitação de liberação de recursos da ordem de R\$16.250,00 para implantação do Programa Banda Musical, do município de Conselheiro Mairinck, protocolada sob nº 4.313.776-2, cujo processo segue em anexo.

Sala das Sessões, em 04.04.2000.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 493

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao secretário de Estado da Ciência, Ensino Superior e Tecnologia, Ramiro Wahrhaftig e ao governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner, solicitando providências no sentido de liberar mais recursos para a educação de 3º grau do Paraná.

Com base nos índices de inflação, os dirigentes de instituições estaduais de ensino superior pedem um aumento de aproximadamente 15% sobre os valores previstos para este ano. Inicialmente a Secretaria Estadual da Fazenda propôs 7,1 mas acabou concordando com um reajuste de 8,14%. O termo de contrato não foi assinado e a Secretaria recuou e decidiu repassar apenas a folha de pagamento, com o crescimento vegetativo. Mesmo assim os repasses continuam os mesmos do ano de 1999, já insuficientes para cobrir gastos com funcionários.

O Estado deve continuar mantendo a folha de pagamento, cobrindo gastos com manutenção e também deve insistir na melhoria do ensino superior.

Seria necessária a implantação de um sistema previdenciário e de saúde, condizentes com as necessidades dos servidores e a regulamentação do plano de carreiras dos funcionários técnico-administrativos.

Sala das Sessões, em 04.04.2000.

(a) LUIZ CARLO ZUK

REQUERIMENTO Nº 472

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, a solicitação de encaminhar ao Excelentíssimo senhor presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, senhor Sidney Zappa, a solicitação de relação completa de todos os Cartórios de Comarcas do Estado do Paraná, das Varas Cíveis, Criminais, Família, Falência e Concordatas, Varas de Precatórias e Fazenda Pública, como seus respectivos representantes legais, com endereços e telefone, também os Cartórios de Registro Civil, Registro de Imóveis, Tabelionatos de Notas, Protestos e os de Títulos e Documentos.

Esperamos contar com o devido apoio dos nossos Pares nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.04.2000.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 489

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER após ouvido o

douto Plenário, que conste nos anais desta Casa de Leis, a publicação no jornal O Estado do Paraná, do artigo “Cassio mostra a nova Curitiba”.

Sala das Sessões, em 04.04.2000.

(a) ALGACI TULIO

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 007/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica estendida aos servidores e funcionários do Quadro da Assembléia Legislativa a concessão de vale-transporte, instituído no Estado do Paraná nos termos da Lei nº 9.490, de 21 de dezembro de 1990.

Art. 2º - O vale-transporte previsto no artigo anterior será concedido observadas as condições e limites estabelecidos na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, alterada pela Lei nº 7.619, de 30 de setembro de 1987, e demais disposições da lei federal aplicáveis à espécie.

Art. 3º A Mesa da Assembléia Legislativa poderá expedir os atos necessários para regulamentar a presente resolução.

Art. 4º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.04.2000.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de resolução tem por finalidade estender a concessão do vale-transporte aos servidores e funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O benefício foi instituído aos servidores do Poder Executivo nos termos da Lei nº 9.490, de 21 de dezembro de 1990, dispondo o seu artigo 1º que:

“Fica instituído o vale-transporte no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado do Paraná, observadas as condições e limites da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, alterada pela Lei nº 7.619, de 30 de setembro de 1986, para utilização efetiva em despesa de deslocamento da residência para o trabalho e vice versa, aplicável a todos os servidores públicos independentemente do regime jurídico a que estiver subordinado”.

Trata-se de um direito social que visa custear o transporte coletivo dos menos favorecidos e que há mais de dez anos vem sendo concedido aos trabalhadores urbanos em geral, inclusive empregados domésticos, com bons resultados.

O artigo 2º do projeto de resolução estabelece que o vale-transporte será concedido aos servidores e funcionários do Quadro da Assembléia Legislativa exatamente

nos termos da legislação federal em vigor e o artigo 3º que a Mesa Executiva poderá expedir resolução para regulamentar a lei estadual.

É a justificativa.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 97/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituída a Coordenadoria Estadual para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, com o objetivo de elaborar, coordenar e executar a política estadual para a pessoa portadora de deficiência nos termos, nos termos estabelecidos nesta lei.

Parágrafo Único - A coordenadoria de que trata este artigo integrará a estrutura administrativa da Secretaria Estadual da Justiça.

Art. 2º - Compete a Coordenadoria Estadual para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde.

I - Assessorar o governador do Estado do Paraná na implantação, execução e acompanhamento das ações e medidas governamentais que se refiram a assuntos relativos à pessoa portadora de deficiência no âmbito deste Estado;

II - elaborar os planos, programas e projetos da política estadual para integração da pessoa portadora de deficiência, bem como, propor as providências necessárias à sua completa implantação e ao seu adequado desenvolvimento, inclusive as pertinentes a recursos financeiros e as de caráter legislativo;

III - manter com os municípios e o Ministério Público, estreito relacionamento objetivando a concorrência de ações destinadas a integração das Pessoas Portadoras de Deficiência.

IV - emitir opinião sobre os acordos, contratos ou convênios firmados pelos demais órgãos da Administração Pública Estadual, no âmbito da política estadual para integração da pessoa portadora de deficiência;

V - desenvolver ações que levem a conscientização e a mobilização conjuntas do governo e da comunidade, visando a prevenção das causas, diagnóstico, educação, habilitação e reabilitação da Pessoa Portadora de Deficiência, bem como a sua integração social;

VI - manifestar-se sobre a política estadual para integração da Pessoa Portadora de Deficiência, dos projetos estaduais a ela conexos, antes da liberação de recursos respectivos;

VII - incentivar e fortalecer a articulação das entidades representativas da Pessoa Portadora de Deficiência e das instituições prestadoras de serviço no atendimento específico a essas pessoas;

VIII - ampliar as alternativas de inserção econômica da Pessoa Portadora de Deficiência, propor-

cionando a ela qualificação profissional e incorporação no mercado de trabalho;

IX - garantir o efetivo atendimento das necessidades da Pessoa Portadora de Deficiência, sem cunho assistencialista;

X - articular-se com outras organizações congêneres nacionais e estrangeiras;

XI - convocar anualmente o Fórum Estadual para assuntos relativos a Pessoa Portadora de Deficiência composto por entidades representativas e instituições prestadoras de serviços públicos e privados.

Art. 3º - A Corde terá a seguinte estrutura organizacional:

I - Conselho deliberativo;

II - Coordenação Geral.

§ 1º - O Regimento Interno da Corde a ser elaborado e aprovado pelo respectivo Conselho Deliberativo, será editado por decreto do chefe do Poder Executivo;

§ 2º - O Regimento Interno que se refere o parágrafo anterior definirá a competência do Conselho Deliberativo, da coordenação geral e respectivos setores, bem como as atribuições de seus integrantes.

Art. 4º - O Conselho Deliberativo, órgão máximo da Corde, representativo e deliberativo compo-se de 12 (doze) integrantes nomeados pelo governador do estado, da seguinte forma:

I - 06 (seis) representantes dos seguintes órgãos do governo estadual, indicados pelos seus respectivos titulares:

a) Secretaria de Estado da Justiça

b) Secretaria Estadual da Saúde

c) Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho

d) Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família

e) Secretaria de Estado da Educação

f) Secretaria de Estado da Fazenda

II - 06 (seis) representantes das instituições prestadoras de serviços nas seguintes áreas:

a) deficiência física (01);

b) deficiência auditiva (01);

c) deficiência visual (01);

d) deficiência mental (01);

e) condutas típicas (01);

f) múltipla deficiência (01).

§ 1º - O presidente do Conselho Deliberativo a que se referem os incisos II e III serão eleitos através de fórum estadual para assuntos relativos a pessoa portadora de deficiência, previsto no inciso XII do art. 2º, desta lei.

§ 3º - O mandato dos componentes do Conselho Deliberativo, inclusive do respectivo presidente será de 02 (dois) anos, podendo ser renovado por apenas um período de igual duração.

Art. 5º - A Coordenação Geral e órgão de planejamento da Corde, sendo integrada por um coordenador geral e por setores vinculados as seguintes áreas específicas:

- I - administração, finanças e legislação;
- II - articulação, mobilização, conscientização, sensibilização;
- III - educação, esporte, cultura e lazer;
- IV - profissionalização e trabalho;
- V - saúde, prevenção, habilitação e reabilitação;
- VI - transporte e barreiras ambientais;

§ 1º - O coordenador geral será nomeado pelo governador do Estado após escolha em lista tríplice.

§ 2º - Cada um dos setores previstos no caput deste artigo será coordenado por um subcoordenador.

I - os subcoordenadores serão indicados pelo coordenador geral da Corde.

II - os titulares dos cargos referidos serão preferencialmente pessoas portadoras de deficiência, com reconhecidas experiências no trato das questões específicas a estas relativas.

Art. 6º - Para compor a estrutura Organizacional de que trata o artigo 5º, além dos membros já nele previstos contará com:

I - servidores com funções administrativas de apoio técnico e outros.

Art. 7º - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.04.2000.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

Vivemos numa sociedade excludente.

O final de milênio exige novos conceitos e atitudes e criação de novos paradigmas.

Só se valoriza o que é melhor, e o mais capaz. Esse privilégio entretanto não é um parâmetro generalizado.

Aqueles que são mais capazes lutam na busca dos seus direitos e de seus espaços. Os menos capazes, ficam na marginalidade até por desconhecerem seus direitos.

Os profissionais, a sociedade civil, denominam o paradigma ideológico que caracteriza o alvorecer do século XXI, como o século da "inclusão".

Por inclusão se entende que as políticas, os programas, sociais e comunidade devem organizar-se, planificar-se, desenvolver ou adiantar-se para garantir a não exclusão, e o desenvolvimento pleno livre e independente de todos os PPD, num contexto de reconhecimento sobre a importância de facilitar: o acesso igualitário, a solução

de problemas na própria comunidade e alternativa menos institucionalizadas possível.

É necessário que se decodifique e transfira para a realidade de ação, na qual estamos inseridos, as mudanças que ocorrem no mundo, associado à evolução do conceito político e ético sobre o PPD.

Ninguém mais invente na deficiência.

É necessário ultrapassar a deficiência, limitação e aceitar as diferenças, capacidades e necessidades do cidadão.

Direitos humanos requer a adoção de uma conscientização específica, que reflita nova visão da deficiência, como resultado da integração da sociedade a uma nova visualização das políticas sociais. A partir das perspectivas dos direitos humanos de ser valorizada essa inter-relação de forma coordenada e articulada entre os diferentes setores e atores.

É difícil, mas é desafiante lutar contra as dificuldades. Não podemos esquecer que uma pessoa se torna incapaz a oportunidade de que goza, a sociedade lhes nega por causa da deficiência. Essa atitude da sociedade é que gera a exclusão.

As políticas públicas devem direcionar uma linha filosófica no Estado, e precisa cada vez mais estreitar laços com as entidades sociais, que desenvolvem seus trabalhos com o PPD em nome do Estado.

Em razão da falta de eixo que estabeleça objetivos claros, onde se inclua projetos coletivos, ações conjuntas, avaliações sistemáticas, gestões empresariais etc., é necessário buscar um equilíbrio entre:

racionalização, de estratégias, procurando manter a identidade social da entidade e garantindo sua missão histórica na construção da cidadania.

A missão institucional dessa coordenadora seria: coordenar as ações governamentais e medidas que refiram ao PPD como um órgão eminentemente de defesa de direitos a coordenador das ações inter-secretariais. Estaria frente as responsabilidades pela elaboração da Política Estadual de integração dos PPD trabalhando com todas as secretarias de Estado e operacionalizando uma política setorial.

Falta neste momento no Estado do Paraná, que já goza de excelente conceito no panorama nacional, uma política estadual para integração das PPD, onde as linhas mestras de ação teriam uma só linguagem. Hoje cada organização defende seus interesses próprios, divergem filosoficamente, lutam e sofrem sozinhas.

E por último valendo-se da legislação que incentiva a incrementação nos Estados, conforme prescreve o Decreto 3.298 de 20 de dezembro de 1.999, que regula a Lei nº 7.853 de 24 de dezembro de 1.989.

PROJETO DE LEI Nº 098/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo a implantar, na região da CIC - Cidade Industrial de Curitiba, nesta capital, uma Faculdade Estadual de Administração e Direito.

Art. 2º - A faculdade a ser criada funcionará em período noturno, em prédio de escola estadual disponível, a critério do Poder Executivo.

Art. 3º - O funcionamento efetivo e a contratação do corpo docente serão objeto de regulamentação na mensagem governamental.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.04.2000.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A implantação de um curso superior na região da CIC é uma aspiração dos moradores e dos estudantes que, concluindo o 2º grau, necessitam deslocar-se grandes distâncias para frequentar uma faculdade.

Justificando este projeto de lei, anexamos reivindicação protocolada sob nº 7028, contendo assinaturas de representantes de inúmeras associações de moradores, clubes de mães e condomínios residenciais.

Outrossim, esclarecemos que existe a disponibilidade física para a implantação de curso superior, para funcionamento noturno, tanto no Colégio Estadual Dom Bosco, como no Colégio Estadual Ivo Leão, ambos à Avenida Nossa Senhora da Cabeça, na Cidade Industrial, localização que certamente será aprovada pela maioria dos interessados.

Contamos com o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 099/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Capítulo I

Da estrutura das faculdades

Art. 1º - Ficam regulamentadas as diretrizes que definem os cargos comissionados e funções gratificadas nas faculdades, transformadas de fundações em autarquias por força da Lei nº 9663 de 16 de julho de 1991 que acolheu, em seu artigo 2º, todos os cargos dos servidores, docentes e técnicos-administrativos da IES:

I - Os cargos em comissão e funções gratificadas que se mantiveram por força da Resolução 007 de 14 de março de 1991, baixada pela Secretaria de Estado, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Seti, na época denominada Secretaria Especial da Ciência, tecnologia e Desenvolvimento Econômico, que estão sendo praticados

por todas as faculdades, passam a ser reconhecidos por esta lei;

II - Os cargos em comissão de diretor e vice-diretor, são decorrentes de delegação originária de processo eletivo, universal ou paritário de investidura do governador do Estado.

III - Os cargos em comissão e de funções gratificadas estabelecidos pela Resolução 007/91, terão como base de cálculo os critérios estabelecidos pela SEAD, especificamente para as faculdades.

Art. 2º - Os critério que definem a estrutura administrativa das faculdades, de acordo com a referida resolução, pelos quais foram implantados os referidos cargos, têm como parâmetro o número de alunos de graduação, como segue:

I - Grupo 1 - Faculdade de porte pequeno - até 900 alunos;

II - Grupo 2 - Faculdade de porte médio - de 901 a 1.500 alunos;

III - Grupo 3 - Faculdade de porte grande - acima de 1501 alunos.

Art. 3º - Ficam estabelecidos os seguintes cargos comissionados e cargos de função gratificada que compoem a estrutura administrativa das faculdades:

- diretor - DAS - (cargo comissionado);
- vice-diretor - DAS - (cargo comissionado);
- secretário geral ou coordenador - função gratificada - (FG) - nível I;
- assessor - (FG) - nível I - assessor sem vínculo - SGO - Cargo SC 09 - XX - (CC);
- diretor de departamento administrativo e secretário acadêmico (FG) nível I;
- chefe de gabinete do diretor - (FG) - nível I;
- chefe de diretoria (FG) nível II;
- chefe de divisão (FG) nível III;
- chefe de setor (FG) nível IV.

Art. 4º - Para fins de atribuição de função gratificada e cargos em comissão, fica estabelecida a estrutura abaixo descrita, tendo como base os critério definidos na Resolução 007/91 e nas atas assinadas pelos diretores das faculdades junto à Secretaria de Estado e Administração, no mês de janeiro de 1996 como segue:

Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana - Ata de 12 de janeiro de 1996:

- 9 (nove) chefes de divisão nível III;
- 4 (quatro) chefes de setor nível IV;
- 4 (quatro) chefes de diretoria nível II;
- 5 (cinco) cargos de confiança do diretor - nível I.

Faculdade Estadual de Filosofia, Ciência e Letras de Cornélio Procopio - Fafi - Ata de 17 de janeiro de 1996:

- 4 (quatro) chefes de setor nível IV;
- 9 (nove) chefes de divisão nível III;
- 4 (quatro) chefes de diretoria nível II;

- 7 (sete) cargos de confiança do diretor.

Faculdade de Arte do Paraná - Fap - Ata de 30 de janeiro de 1998:

- 5 (cinco) chefes de setor - nível IV;

- 2 (dois) chefes de divisão nível III;

- 7 (sete) coordenadores - nível I (cargos de confiança do diretor).

Escola de Música e Belas Artes do Paraná - Embap

- Ata de 12 de janeiro de 1996:

- 5 (cinco) chefes de setor nível IV;

- 2 (dois) chefes de divisão nível III;

- 7 (sete) cargos de assessoria (de confiança do diretor).

Faculdade Estadual de Ciência e Letras de Campo

Mourão - Fecilcam - Ata de 15 de janeiro de 1996:

- 4 (quatro) chefes de setor nível IV;

- 12 (doze) chefes de divisão nível III;

- 5 (cinco) chefes de diretoria nível II;

- 7 (sete) cargos de assessoria.

Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras

de Jacarezinho - Fafija - Ata de 12 de janeiro de 1996:

- 6 (seis) chefes de divisão - nível II;

- 2 (dois) chefes de departamento nível II;

- 6 (seis) cargos de confiança do diretor.

Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarez-

inho - Faefija - Ata de 12 de janeiro de 1996:

- 2 (dois) chefes de divisão nível III;

- 5 (cinco) chefes de setor nível IV;

- 7 (sete) cargos de confiança do diretor.

Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro

de Jacarezinho - Fundinopi - Ata de 15 de janeiro de 1996:

- 5 (cinco) chefes de setor nível IV;

- 2 (dois) chefes de divisão nível III;

- 7 (sete) cargos de confiança do diretor.

Faculdade Estadual de Educação, Ciência e Letras

de Paranavaí - Fafipa - Ata de 11 de janeiro de 1996:

- 9 (nove) chefes de divisão nível III;

- 4 (quatro) chefes de diretoria nível II;

- 4 (quatro) chefes de setor nível IV;

- 5 (cinco) assessores e 2 coordenadores nível III;

Faculdade Estadual de Filosofia, Ciência e Letras

de Paranaguá - Fafipar - Ata de 09 de janeiro de 1996:

- 6 (seis) cargos de função gratificada nível III;

- 2 (dois) cargos de função gratificada nível I;

- 6 (seis) cargos de confiança do diretor nível II;

Faculdade Estadual de Filosofia, Ciência e Letras

de União da Vitória - Fafuvit - Ata de 11 de janeiro de 1996:

- 6 (seis) cargos de chefe de divisão nível III;

- 2 (dois) cargos de diretor de departamento nível

II;

- 6 (seis) cargos de confiança do diretor nível III.

Art. 5º - Caracteriza-se o cargo de função gratificada e em comissão:

I - aquele decorrente de investidura em cargo ou delegação originária de processo eletivo, universal ou paritário que caracterize mandato, integrante da estrutura organizacional da faculdade, com requisitos, procedimentos de escolha, nomeação e provimento determinados no estatuto ou regimento da faculdade, e nos atos complementares aprovados pelos órgãos competentes;

II - Aquele de livre escolha e nomeação do diretor da faculdade, preenchidos os requisitos à investidura em cargo público, destinado a atender encargos de coordenação, secretaria geral e assessoramento.

Art. 6º - A escolha do ocupante de cargo de função gratificada e em comissão poderá recair ou não em titular de cargo do plano de carreira docente ou do pessoal técnico administrativo, observados os dispositivos mencionados no inciso I do art. 5º desta lei.

Art. 7º - Os ocupantes de cargos função gratificada e em comissão de primeiro escalão deverão possuir, no mínimo formação superior a nível de graduação sendo dispensados de tais exigências os de menor escalão.

Art. 8º - O nomeado para cargo de função gratificada, não poderá acumular o respectivo vencimento com outro cargo de função Gratificada ou receber função comissionada.

§ 1º - O nomeado para ocupar o cargo de função gratificada, pertencente ao quadro de carreira docente ou técnico-administrativo, durante o exercício do cargo, continuará percebendo as vantagens referentes ao tempo de serviço e/ou gratificação de mérito, a que tiver direito, de acordo com o previsto nos respectivos planos de carreira, sobre o salário do cargo e nível em que estiver enquadrado na carreira.

§ 2º - A remuneração dos cargos de função gratificada e em Comissão são fixados pela SEAD, conforme ficará estabelecido pela Resolução 007 e não sofrerão qualquer alteração por força da presente lei.

Art. 9º - A jornada de trabalho do ocupante do cargo de função gratificada será de tempo integral.

Art. 10 - É vedado o pagamento de horas extras ao ocupante do cargo de função gratificada.

Art. 11 - Ao ocupante do cargo de função gratificada, titular de cargo do plano de carreira docente ou do plano de cargos e salários do pessoal técnico administrativo, quando do ato de sua exoneração, é assegurado o retorno ao cargo de carreira anteriormente ocupado, com todas as vantagens a que tinha direito, como se no cargo estivesse.

Art. 12 - Ocupante de cargo de função gratificada, do quadro e carreira docente em regime de tempo inte-

Capítulo II

Dos cargos de função gratificada e em comissão

gral, deverá ministrar aulas na Instituição, cujo número será definido pela direção.

Parágrafo Único - O servidor enquadrado no *caput* deste artigo, não perceberá remuneração adicional pelas aulas ministradas, sendo que essas serão consideradas como atividades integrantes da sua carga horária semanal.

Art. 13 - Os valores dos vencimentos dos cargos de função gratificada e em comissão serão reajustados nos mesmos índices e na mesma época da elevação dos demais salários do plano de carreira docente e técnico-administrativo do ensino superior.

Art. 14º - As simbologias e níveis que denominam os cargos de função gratificada e em comissão são:

C/C com vínculo (FG 01)

CC sem vínculo SGOC - cargo SC09-XX (CC)

FG 02

FG 03

FG 04

Art. 15 - A remuneração dos cargos de função gratificada e em comissão está fixada com base na estrutura do plano de carreira docente, de acordo com valores estabelecidos pela SEAD com os seguintes códigos:

Código 05P -Gratificação de chefia estatutário

Sem vínculo SGOC - cargo SC09 -cargo SC09 - base de cálculo 42.00 - valor R\$715,00

Com vínculo - base de cálculo 43.00 - valor R\$467,00

FG 02 - base de cálculo - 31.00

FG 03 - base de cálculo - 32.00

FG 04 - base de cálculo - 33.00

Art. 16 - os servidores que eventualmente forem designados para ocuparem cargos de função gratificada em substituição aos titulares, por período igual ou superior a 15 (quinze) dias consecutivos, terão direito a percepção do valor correspondente ao cargo de função gratificada, de acordo com o previsto no art. 8º, parágrafo primeiro.

Art. 17 - A função gratificada é um encargo de maior relevo que as atribuições normais do cargo, atribuída em confiança da autoridade designante e destina-se ao exercício de cargo de confiança e de chefia.

Art. 18 - Os detentores de cargos de confiança do diretor (assessoria) sem vínculo com a instituição, SGOC - cargo SC09 -XX, serão regidos pela C.L.T., mantendo a denominação de cargos comissionados.

Art. 19 - A remuneração paga nas faculdades estaduais não poderá extrapolar o valor do redutor constitucional, conforme definido no decreto governamental.

Art. 20 - Cabe ao diretor da faculdade baixar as portarias nomeando os ocupantes dos cargos de função gratificada e em comissão que deverão ser publicadas no Diário Oficial do Estado.

Art. 21 - As diferenças de denominação em virtude das diferenças de organograma da Faculdades, serão corrigidas pelas nomenclaturas adotadas pela SEAD.

Art. 22 - A criação de novos cargos de função gratificada e em comissão em virtude da expansão da faculdade será objeto de uma nova lei de iniciativa exclusiva do governador do Estado, conforme determina a Constituição;

Art. 23 - A presente lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.04.2000.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

As Faculdades Estaduais do Paraná, em número de (11 onze), eram regidas pelo regime de fundações estaduais e pela consolidação das leis do trabalho, mantinham sua estrutura funcional cada uma com suas respectivas características, regulamentadas pela Resolução 007/91, emanada da então Secretaria Especial de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, hoje Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI.

Em sua estrutura constavam diversos cargos de Função Gratificada, de níveis correspondentes ao grau de responsabilidade de seus ocupantes, bem como cargos em comissão para os assessores diretos do diretor.

No ano de 1991 por força da Lei n 9663/91 as referidas faculdades foram transformadas em autarquias especiais - sendo que os cargos funcionais regidos pela C.L.T. foram transformados em cargos públicos, regidos pelo Estatuto do Funcionário Público do Paraná e os cargos de função gratificada e em comissão passaram a se caracterizar como funções gratificadas de vários níveis, restringindo-se os cargos em comissão, ao diretor e vice-diretor sob a denominação de DAS.

A Lei nº 10.219/92, de 01 de dezembro de 1992, ao converter todos os cargos de CLT para cargos efetivos do Estado (estatutários) omitiu-se em acolher os cargos de função gratificada e os de assessoria direta dos diretores para o novo regime de trabalho, porém os diretores continuaram praticando as nomeações para estes cargos, baseados ainda na Resolução 007/91, como condição mínima de administrarem suas instituições.

Em janeiro de 1996, todos os diretores um a um foram convocados para uma reunião com técnicos da SEAD que após analisarem a situação da IES, orientados pela referida resolução, redistribuíram os cargos de FGs para cada uma das Faculdades, fato que foi documentado

por uma ata, na qual consta a assinatura do diretor e dos técnicos daquela Secretaria.

Ora, como toda a criação de cargos só pode ser feita através de uma lei aprovada pela Assembléia Legislativa, e a Lei 10.219/92, não acolheu tais cargos, mister se faz que se legalize aquilo que já é legítimo, razão pela qual propomos a presente lei que não acarretará a alteração de um centavo sequer nas despesas do Estado com as suas Faculdades Estaduais.

PROJETO DE LEI Nº 100/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Instituto Paranaense de Geriatria e Gerontologia, como órgão integrante da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 2º - O Instituto Paranaense de Geriatria e Gerontologia tem por finalidade, além de outras a serem definidas em decreto, a de implantar medidas visando:

a) programar a política de defesa dos interesses do idoso;

b) amparar os idosos, dando-lhes assistência e orientação quanto aos assuntos que lhes digam respeito;

c) adotar providências no sentido do deferimento ao idoso de um tratamento diferenciado, compatível com sua condição, por parte dos órgãos públicos e de entidades integrantes da administração direta, indireta e fundacional, bem como por instituições de caráter privado, estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços em geral.

Parágrafo Único - Para o cumprimento do disposto neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios com entidades públicas e privadas.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta lei, estabelecendo a organização, as atividades e o funcionamento do Instituto Paranaense de Geriatria e Gerontologia.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento, suplementadas se necessário.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.04.2000.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A finalidade maior do projeto ora colocado é o desenvolvimento da política de proteção e valorização ao idoso pelo governo do Estado.

A Coordenadoria da Política do Idoso da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, informou que o Paraná possui 727.461 idosos, correspondente

a 7,7% da população geral. Existem no Estado 160 entidades asilares e são 6.288 os idosos asilados. Trata-se de parcela da população que merece maior atenção e políticas efetivas do governo.

Segundo dados publicados pelo jornal “Folha de São Paulo”, edição de 26 de setembro de 1999, a população de idosos no País vem crescendo de forma acentuada, possibilitando prognosticar que os problemas decorrentes desse crescimento tendem a se agravar, exigindo, por isso, maior atenção dos governantes.

Segundo a matéria do jornal mencionado, o número de idosos, assim consideradas as pessoas de mais de 60 anos de idade, representava, em 1900, 1,2% da população, sendo que, em 1950, esse percentual elevou-se para 4,2%, e, 1997 atingiu 8,7% e a previsão para o ano de 2050 é de 24%.

Isto quer dizer que daqui a cinquenta anos, vinte e quatro por cento da população terá mais de 60 anos de idade e o governo precisa se preocupar com isso, haja vista que implica em programas desenvolvidos para essa faixa da população que a cada ano se torna mais significativa.

Deve ser salientado que esse segmento da população, por suas condições físicas e orgânicas, está a merecer de toda a comunidade um tratamento diferenciado, compatível com as características naturais decorrentes desse estágio de vida.

A geriatria é a parte da medicina que se ocupa das doenças dos idosos e a gerontologia é a ciência que estuda os problemas dos idosos sob todos os aspectos: biológico, clínico, histórico, econômico e social. São ciências indispensáveis para garantir a qualidade de vida do idoso.

Assim entendendo que o Poder Público não pode ficar alheio ao assunto, estamos propondo o presente projeto de lei, cujo objetivo é a implantação de uma política de defesa dos interesses dos idosos, assistindo-os e orientando-os quanto aos assuntos que lhes digam respeito.

A Câmara Federal, em 10 de novembro de 1999, ouviu o presidente do Conselho do Idoso de São Paulo, Alfredo Morlini, e o ex-presidente do Conselho do Idoso do Rio Grande do Sul, Antonio Parissi. O objetivo desses depoimentos foi prestar informações sobre o desenvolvimento das atividades de integração dos idosos nos Estados.

Os depoentes falaram sobre a Lei nº 8.842, que define a política nacional do idoso e cria o Conselho Nacional do Idoso. Apesar da lei ter sido promulgada em 1994, até hoje o governo Federal não instalou o conselho. Por outro lado, a maioria dos Estados e boa parte dos municípios brasileiros já têm conselhos do idoso.

Os conselhos estaduais são responsáveis, entre outras iniciativas, pela promoção de atividades lúdicas, como confraternizações, e educativas, como palestras e seminários, com a finalidade de incentivar a ressocialização e melhorar a auto-estima do idoso. A aplicação da Gerontologia Social, ciência que cuida do comporta-

mento dos idosos na comunidade e na família, também é acompanhada pelos conselhos.

Tramitam no congresso projetos de lei que obrigam a instalação de clínicas geriátricas em hospitais públicos e outras matérias que visam melhorar a qualidade de vida e a ressocialização do idoso na sociedade. Dessa forma, não pode o Paraná ficar alheio a essa parcela da população que cresce mais a cada dia.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a terceira idade começa aos 65 anos nos países desenvolvidos e aos 60 anos naqueles em desenvolvimento - caso do Brasil. Mas essa determinação atende mais aos aspectos legais, como aposentadoria e direitos, do que aos limites do organismo. "Cada pessoa envelhece em um ritmo próprio", afirma a geriatra Andréa Prates, coordenadora do Centro Internacional de Informações para o Envelhecimento Saudável, em São Paulo.

O envelhecimento é um processo natural e não impede a pessoa de continuar suas atividades normais. Depois dos trinta anos, o cérebro perde milhares de neurônios por dia. Mas, esse processo natural não reduz a capacidade intelectual, que é semelhante no jovem e no idoso. A receita para o cérebro não "enferrujar" é fazê-lo funcionar em qualquer idade, recomenda o presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Renato Guimarães, de Brasília.

É preciso que os idosos do Paraná tenham fonte de informação e atendimento, sobretudo aqueles carentes de recursos financeiros e a proposta do instituto é essa, criar mecanismo para executar planos de melhoria da qualidade de vida do idoso.

A situação relatada reflete o processo de transformação demográfica que vem conduzindo a um gradual envelhecimento da população. Este processo tem como principais aspectos: o declínio acentuado da fecundidade nas últimas décadas, mudanças nas causas de mortalidade e redução dos níveis de mortalidade.

A queda da fecundidade fez com que o número médio de filhos por mulher, no Brasil, passasse de 6,2 em 1950, para 2,4 em 1997. Este resultado acarretou grande impacto sobre a estrutura etária, reduzindo continuamente a proporção de crianças e jovens.

Quanto às mudanças nas causas de mortalidade, constata-se um declínio dos óbitos relacionados às doenças que mais incidem sobre a população infantil (infecção-contagiosas e respiratórias) e um aumento naquelas doenças típicas da população mais idosa (neoplasmas, dos aparelhos circulatório e respiratório). Tais mudanças refletem, principalmente, a diminuição.

Estamos certos de que os senhores deputados e o senhor governador, sensíveis ao problema, não lhe negarão acolhimento.

PROJETO DE LEI Nº 101/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, no âmbito da Secretaria de Estado de Segurança Pública, a carreira de perito odontologista.

Art. 2º - O número de vagas a ser criado para peritos odontologistas deverá ser em número de 30 (trinta), para suprir todos os Institutos Médicos Legais do Estado conforme aprovado pelo Conselho da Polícia Civil.

Art. 3º - O preenchimento das vagas a serem criadas para peritos odontologistas será feito através de concurso público conforme disciplina a lei, sendo pré-requisito formação especializada a nível de pós-graduação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.04.2000.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Hoje, tanto o médico como o dentista necessitam de formação específica que os qualifiquem, para empreenderem trabalhos legistas.

A especialidade Odontologia Legal aprovada pelo Conselho Federal de Odontologia através da Resolução nº 90/95, tem como objetivo qualificar profissionais para a pesquisa de fenômenos psíquicos, físicos, químicos e biológicos que podem atingir ou ter atingido o homem vivo, morto ou ossada e, mesmo fragmentos e vestígios, resultando lesões parciais ou totais reversíveis ou irreversíveis.

São áreas de competência: identificação humana, perícia em foro civil, criminal ou trabalhista; perícia administrativa; perícia; avaliação e planejamento em infortunística, tamoilogia forense; elaboração de autos, laudos, pareceres, relatórios e atestados; traumatologia odontológica; perícia logística no vivo, no morto, íntegro ou em suas partes em fragmento; perícia em vestígios correlatos, inclusive de manchas ou líquidos oriundos da cavidade bucal ou nela presentes; exames por imagens para fins periciais; deontologia odontológica; orientação odontológica para o exercício profissional e, exames por imagens para fins odontológicos.

Apesar de possuímos em nosso Estado 13 (treze) Institutos Médicos Legais em funcionamento contamos com apenas dois cirurgiões dentistas especializados atuando na área, mesmo não dispondo nossa Secretaria de Segurança Pública de cargo de perito odontologista.

O perito odontologista é um elemento auxiliar de capital importância em perícias criminais, seja quando da identificação de cadáver em estado de decomposição ou mesmo de ossada que já perderam alguns caracteres elementares como os datiloscópicos, seja em casos que envolvam delinquentes com idade não comprovada, pois através do estudo do crânio e dos elementos dentários é possível estimar-se a idade, sexo, estatura e cor da pele.

Estimativa da idade em casos de doação de menores, exclusão de paternidade e valoração dos danos, compete também aos peritos odontologistas.

Desta forma, a criação ora autorizada, atendendo a uma antiga necessidade do Instituto Médico Legal do Paraná, além de cobrir uma lacuna já reparada em outras unidades federativas da Nação, por viabilizar o reforço institucional e logístico, virá contribuir com a redução de despesas públicas, pois evitará recorrer-se a terceiros ou a procedimentos que oneram consideravelmente o erário.

PROJETO DE LEI Nº 102/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A quota estadual do Salário - Educação, de que trata o art. 15, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, será distribuída entre o Estado e os municípios na forma estabelecida nesta Lei.

Art. 2º - A distribuição, a que se refere o artigo anterior, far-se-á proporcionalmente ao número de alunos matriculados no ensino fundamental regular e supletivos de 1º grau nas redes estadual e municipal.

Art. 3º - Para recebimento das parcelas do Salário-Educação os municípios deverão comprovar:

- a) matrícula de alunos no ensino fundamental da rede pública municipal;
- b) cumprimento do disposto no artigo 212 da Constituição Federal;
- c) existência e regular funcionamento do Plano de Cargos e Carreira do Magistério;
- d) fornecimento de dados ao Censo Educacional do Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa - INEP.

§ 1º - A comprovação dos requisitos estabelecidos nas alíneas acima seria feita junto a Secretaria de Estado da Educação, o não cumprimento das disposições contidas acarretará a suspensão do repasse dos recursos destinados ao município, ficando a transferência dos valores condicionada ao atendimento de todas as condições elencadas.

Art. 4º - O valor do repasse de quota estadual do Salário-Educação ao Estado e aos municípios, será calculado da seguinte forma:

I - o coeficiente obtido, através do número de alunos matriculados do ensino fundamental regular da Rede Estadual, dividido pelo total de alunos matriculados no Estado, incluso ensino fundamental regular, comporá a cota parte do Estado.

II - o coeficiente obtido, através número de alunos matriculados no ensino fundamental regular em cada um dos municípios, dividido pelo número total de alunos matriculados no ensino fundamental regular do Estado, comporá a cota parte de cada município.

Parágrafo Único - O Censo Educacional do Instituto de Ensino e Pesquisa - INEP, será a base de dados par a comprovação de matrículas em cada ano.

Art. 5º - Os recursos advindos do Salário-Educação, encaminhados pelo Ministério de Educação serão automaticamente repassados, pela agência bancária recebedora a nível estadual, às contas abertas em cada município especificamente para este fim, no prazo máximo de 3 dias após o recebimento, na forma prevista no artigo anterior.

§ 1º - Os recursos da quota estadual do Salário-Educação previstos para os municípios integrarão os orçamentos municipais.

§ 2º - As disponibilidades financeiras dos recursos transferidos aos municípios serão aplicadas por intermédio da instituição financeira oficial, sendo que o produto resultante das aplicações será destinada ao ensino fundamental.

§ 3º - As receitas e despesas realizadas com recursos do Salário-Educação serão publicadas em forma de balanço, tanto para o Estado como para os municípios, obedecendo as normas constitucionais estabelecidas para os demais recursos.

Art. 6º - Os recursos da quota estadual do Salário-Educação serão aplicados em programas, projetos e ações do ensino fundamental regular, destinando-se exclusivamente:

I - à construção, conservação e reforma de prédios escolares e à aquisição de seus equipamentos;

II - à aquisição e produção de material didático e de consumo destinado ao ensino fundamental;

III - à manutenção de programas de transporte escolar;

IV - a estudos, levantamentos e pesquisa, visando ao aprimoramento da qualidade do ensino fundamental.

Art. 7º - O Tribunal de Contas do Estado fiscalizará a aplicação dos recursos repassados aos municípios, na forma da legislação em vigor.

Art. 8º - À Secretaria de Estado da Educação compete:

I - divulgar, anualmente, estimativa dos valores a serem repassados aos municípios, como base para elaboração do orçamento municipal;

II - publicar bimestralmente, os valores do repasse destinado aos municípios, usando por base a receita do bimestre anterior;

III - comunicar aos municípios que não atenderam ao disposto no Art. 3º desta lei, e enviar concomitantemente, a relação dos mesmos à Assembléia Legislativa do Estado para conhecimento.

Art. 9º - O desvio de finalidade na utilização dos recursos do Salário-Educação, implicará na suspensão

dos repasses, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo Único - Para habilitar-se novamente ao repasse dos recursos do Salário-Educação o município deverá comprovar junto à Secretaria de Estado de Educação a restituição do valor utilizado indevidamente.

Art. 10 - Os recursos não repassados aos municípios, por força do que dispõe o artigo anterior, serão redistribuídos conforme o critério estabelecido nesta lei.

Art. 11 - A eventual transferência de alunos da rede estadual para a municipal e vice-versa, decorrente do processo de municipalização do ensino fundamental, acarretará o reembolso pelas partes envolvidas dos recursos a eles correspondentes de imediato.

Art. 12 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.04.2000.

(aa) IRINEU COLOMBO

JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Emenda Constitucional 14, artigo 3º, que deu nova redação ao artigo 211 da Constituição Federal, dispõe sobre o regime de colaboração entre União, Estados e municípios no desenvolvimento do ensino, definindo responsabilidades nas várias etapas da educação.

“Art. 3º - É dada nova redação aos §§ 1º e 2º do art. 211 da Constituição Federal e nele são inseridos mais dois parágrafos, passando a ter a seguinte redação:

Art. 211 - ...

§ 1º - A União organizará o sistema federal de ensino e dos territórios, financiará as instituições de ensino públicos federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir a equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade de ensino, mediante assistência técnica e financeira dos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios.

§ 2º - Os municípios atuarão prioritariamente ao ensino fundamental e na educação infantil.

§ 3º - Os Estados e o Distrito Federal, atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.

§ 4º - Na organização de seus sistemas de ensino os Estados e os municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.”

A criação do Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - Fundef veio atender, em parte, o regime de colaboração expresso no § 4º, porém ainda em caráter insuficiente para atender as necessidades do município.

O Salário-Educação é outra fonte de recursos destinada ao financiamento do ensino fundamental, sendo prevista no artigo 212, § 5º da Constituição Federal:

“Art. 212 - ...

§ 5º - O ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do Salário-Educação, recolhida, pelas empresas, na forma da Lei.”

O Salário-Educação, foi regulamentado pela Lei 9424/96 e ultimamente pela Lei nº 9766, de 18 de dezembro de 1998, que estabelece:

“Art. 2º - A quota estadual do Salário-Educação, de que trata o Art. 5º, § 1º, inciso II, da Lei nº 9424 de 1996, será redistribuída entre o Estado e os respectivos municípios, conforme critérios estabelecidos em lei estadual, sendo que, do seu total, uma parcela correspondente a pelo menos cinquenta por cento será repartida proporcionalmente ao número de alunos matriculados do ensino fundamental nas respectivas redes de ensino, conforme apurado pelo Censo educacional realizado pelo Ministério da Educação e dos Desportos.

Assim, a necessidade de lei estadual para regulamentar a redistribuição da quota-estadual do Salário-Educação e a necessidade dos municípios desses recursos para a manutenção do ensino fundamental justificam a aprovação do presente projeto de lei.

Cabe anunciar que o presente projeto teve a iniciativa política e contribuição da Undime/PR.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados. A manobra feita pelo ilustre e competente líder do governo Valdir Rossoni, fez com que esta Casa e principalmente a imprensa do Paraná falada, escrita e televisada, e ainda mais a família paranaense fosse, como foi, pega de surpresa. O PSDB, Partido do ex-governador Álvaro Dias tinha em uma de suas reuniões feito uma posição partidária que não teria como nesta reunião, na noite de ontem, força para fazer com que os seus representantes nesta Casa assinassem a CPI proposta pelo povo do Paraná, depois da presença da CPI nacional aqui neste Parlamento.

Verificamos, senhor presidente, senhores deputados, que nesta reunião de ontem, quando a totalidade daquela bancada do PSDB assinava aquela proposta da instalação da CPI, qual foi a surpresa deste Paraná, principalmente de todos nós, que de perto, queríamos que a família paranaense tivesse conhecimento daquilo que ocorre, principalmente naquele setor identificado pela Comissão Parlamentar de Inquérito federal que aqui esteve mostrando uma nova roupagem, nos organismos policiais do nosso Estado.

Fomos, queríamos e estaremos sempre vigilantes, acredito que nós que desejamos mesmo que o Regimento no momento não nos dê condições, queremos agora trazer à Casa esta denúncia de que o Paraná, através daquilo que o Regimento da Casa permite, foi sacudido pela

implantação, através da Liderança do Governo e dos senhores deputados que sustentam a base política do governador nesta Casa, através do Regimento, o impedimento de 5 Comissões Parlamentares de Inquérito colocadas pela base do governo.

Quero neste instante, senhor presidente, senhores deputados, dizer de que esta Bancada, do povo do Paraná, que é a bancada não de Oposição, mas da razão, irá procurar, dentro da legalidade, dentro do Regimento, dentro do que a lei permite e faculta, meios pelos quais, possamos nós dar ao Paraná a transparência que desejamos.

Lembro-me perfeitamente bem, que eu era deputado nesta Casa, e o governador era outro, e esta mesma tática, esta mesma proposição de 5 CPI's foi naquela oportunidade também colocada neste Parlamento. Entendemos que a 6ª CPI proposta pelo base do governo nesta Casa seria uma CPI para discutir o sexo dos anjos porque não entendemos algumas das CPI's interligadas com o mesmo assunto que foram propostas por esta Casa de Leis.

Fica aqui, então, nosso protesto e surpresa porque, mesmo o Regimento permitindo, sendo legal a iniciativa feita, a mesma não é moral. O moral seria assinarmos a CPI proposta pela bancada do povo do Paraná aqui representada pela Bancada que é titulada de Oposição mas é uma Bancada da verdade que tenta, de todas as formas possíveis, esclarecer aquilo que está escondido e desconhecemos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, senhores deputados!

Ontem à noite, quando fiquei sabendo da decisão que o Partido do ex-governador Álvaro Dias tinha tomado, me convenci que algumas coisas aconteceriam.

E, na minha cabeça, algumas coisas ocorreram, algumas lembranças. Se eu conseguir, acho até que as coisas terão conexão.

Lembrei da cidade paulista chamada Laranjal Paulista. Lembrei aqui de Laranjeiras do Sul e me lembrei também de um casal norte-americano que muito lutava para ter filhos e não conseguia. Fizeram, os dois, vários tratamentos porque ansiavam muito por ter filhos e lá pelas tantas a mulher aparece grávida. E, a surpresa, na hora do parto, foi que ela pariu 5 filhos de uma vez só. Infelizmente alguns já morreram e eu fiquei a perguntar aqui: se um casal anseia muito pelos filhos e luta para tê-los, tudo bem. Mas aqui não ansiavam nenhum pouco por esta fornada, esta ninhada de CPI's que apareceram agora.

Então, o povo do Paraná, principalmente através da imprensa, vai fazer uma análise do que aconteceu. Porque aqui, aqueles que não querem os filhos, que argu-

mentam um monte de coisas a respeito deles, daqui a pouco darão cria a pequenos "monstrinhos" que estão aparecendo por aqui.

Tenho o maior respeito pelas pessoas que não comungam dos meus ideais, que não se alinham com as propostas políticas imutáveis, muitas delas, que nós temos defendido ao longo de todos estes anos.

Mas, senhor presidente, falar em CPI aqui nesta Casa era proibido, e agora nós vemos esta jogada, que é regimental, mas que não vem no seu cerne engravidada com a moral, porque este objetivo do governo é estancar a CPI do Pedágio. É esta a iniciativa do governo, através dos seus honrados seguidores desta Casa: é impedir, talvez, que ao longo da costa oeste, lá nos famosos Jogos Mundiais da Natureza, nada possa ser contestado.

Parece-me que é uma jogada clara, porque volto a repetir: quem não quer nenhuma CPI, daqui a pouco dá uma enxurrada de CPI's. O que é que existe por trás disso, senhores deputados? Acho que é aquilo que nós já falamos, aqui.

Outro dia pronunciei, desta tribuna, numa sessão que veio cheia de rebeldia por parte da Oposição, o seguinte: os cães que foram atizados contra os caminhoneiros eram descendentes daqueles que foram atizados contra Ulysses Guimarães quando ele combatia a ditadura militar, que produziu...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Consulto Vossa Excelência se estaria usando o Horário do PMDB.

(Assentimento)

O Sr. Valdir Rossoni

Peço um aparte ao deputado.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Logo em seguida, terei muito prazer em permitir-lhe o aparte

Mas, estava dizendo que a descendência estava por aí. Quis chamar, não sei se tenho autoridade para isso, alguém que viveu sob o império da ditadura - maldita ditadura - para dizer que no bojo de todas estas medidas está lá, como falei naquela oportunidade, a cadela no cio, pronta para parir as ditaduras que têm infelicitado a vida dos seres humanos em todos os seus quadrantes.

O Sr. Algaci Tulio

Peço um aparte, deputado.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Quero dizer, senhor presidente, legítima é a ação da Bancada extremamente majoritária em tentar impedir, matar no ninho aquilo que a sociedade paranaense está reclamando. A sociedade paranaense quer o quê? Investigaçãõ!

Vejam o que aconteceu outro dia, quando um cidadão, no interior, me disse o seguinte: "Waldyr, nós

estamos perdidos!” “Mas o que é que foi?” “Deram mais 500 veículos para a Polícia!”

Vejam aonde vai o grau de indignação, de falta de esperança desta população. A ironia, o sarcasmo, ou, eu diria, a verdade está embutida nesta frase: “Estamos perdidos! Deram mais 500 carros para aqueles que têm que nos proteger, se organizar, se enquadrilhar!”

Não sou responsável de acusar o governador diretamente destas coisas, mas precisa-se sim, fazer uma investigação aprofundada. É necessário que se faça. Portanto, não me conformo, meus companheiros de Bancada, que helicópteros, canhões, metralhadoras, policiais sejam jogados contra meninos e meninas que nem 15 anos ainda fizeram, como se fossem bandidos. Compreendo sim, que no mundo moderno alguns governantes para saírem às ruas precisam pensar algumas vezes. A hipocrisia e a mentira não fazem parte do nosso dicionário. Nós da Oposição reconhecemos a legalidade do Regimento, mas me perdoem se o Paraná todo, senhores deputados, anseiam pela implantação de algumas comissões parlamentares de inquérito; não é natural que a bancada honrada do governo possa produzir este monstro, esta ninhada, esta fornada de monstros que aparecem por aí. A CPI do roubo das cargas dos caminhões deveria estar embutida lá, na CPI do Narcotráfico, lá na CPI do crime organizado que é uma apêndice dessa maior CPI que é a CPI do Narcotráfico.

Parece-me, companheiros, que o objetivo é claro, meridiano e cristalino, mas no sentido de se apurar o quê? Se apurar nada! Vamos empurrando, as coisas são assim. Eu tenho aqui, por exemplo, o Diário Oficial. Se vocês pegarem no ano de 98, ano no qual houve eleição, só o Banestado gastou 27 milhões de reais. Torraram o dinheiro para fazer campanha, parece-me, está aqui mês a mês. Agora, quando chega 99, as minguadas verbas não chegam a 3 milhões, portanto 10%. Eu gostaria de saber se esta enxurrada de propaganda que está sendo veiculada neste momento já faz parte deste pacote antidemocrático. Tomam o dinheiro do caminhoneiro antecipadamente do IPVA e depois fazem propaganda dizendo, com o próprio dinheiro do caminhoneiro - “Olha, agradeçam que nós fizemos um favor a todos vocês”. Este é o Paraná que nós estamos vivendo. Muita gente concorda com isto? Façam bom proveito. Eu acho que alguns estão fazendo muito bom proveito, e me parece que nós, da Oposição, é que estamos neste momento e digo isto sem nenhum tipo de presunção, interpretando a vontade que existe no meio da sociedade. A sociedade quer saber, senhor presidente, muitas coisas a respeito de tantas coisas. Eu não sou de acusar ninguém antecipadamente. Longe de mim esta pretensão porque me considero um democrata e fui homem que me coloquei todos os dias, desde o dia 31 de março de 64 até o último dia da ditadura, frontalmente contra ela, porque tenho nojo e ódio de ditaduras e elas muitas vezes, através dos militares, são mais amenas do que determinadas ditaduras que se impõem pela omissão, pela permissividade, pela

complacência de muitos que não sabem interpretar o momento histórico que estão vivendo, a gravidade das coisas pelas quais estamos passando.

Senhor presidente, está esgotado o meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vossa Excelência tem mais dois minutos.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, como prometi, abro este espaço para o aparte do líder do Governo, deputado Rossoni.

O Sr. **Valdir Rossoni**

Abro mão da sua benevolência porque Vossa Excelência deve estar concluindo o seu pronunciamento e terei oportunidade de fazer uso do horário da Liderança, onde terei oportunidade de responder algumas questões que eu não concordo com Vossa Excelência.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Muito obrigado. Democracia se faz dessa maneira.

O Sr. **Algaci Tulio**

Vossa Excelência me concede um aparte?

(**Assentimento**)

Meu caro deputado Waldyr Pugliesi, tenho um respeito muito grande por Vossa Excelência. No entanto, tenho que fazer algum reparo ao seu pronunciamento. Vossa Excelência falou dos cães que atacaram os motoristas; quero deixar bem claro que também não concordo. É necessário se fazer um levantamento, acho bom fazer um requerimento à Polícia Militar, saber se esses cães não são os mesmos que atacaram os professores na época de governo de Vossa Excelência. Talvez caiba aqui uma recomendação à Polícia Militar: esses cães deveriam estar recolhidos a uma clínica veterinária e não a serviço da Polícia Militar porque talvez não se curaram ainda da fobia que tiveram naquela ocasião para cima dos professores. Além do que, entendo também que esses cães não devem ter sido removidos para Brasília para atacar Ulysses Guimarães, salvo informação da Polícia Militar. Apenas esse reparo dizer que os mesmos cães que possivelmente atacaram os motoristas, - que não concordo, - ainda dentro da corporação da Polícia Militar devem ter sido utilizados para atacar agora, são aqueles que atacaram os professores. Isso é lamentável. Cabe a nós da Bancada do Governo pedir informações à Polícia Militar se houve recolhimento daqueles cães raivosos ou não. É esse o recado, o pedido de aparte de Vossa Excelência, porque as coisas têm que ser bem colocadas, ou ocorreram os cães naquela época e ocorreram os cães nessa época. E não concordo, nem com os daquela época, que por sinal também me envolvi naquele conflito, como não posso concordar dos cães que também atacaram os motoristas.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Façam o requerimento que certamente a Oposição apoiará, coisa que estamos precisando, estamos como vigia que espera a chegada da aurora; estamos esperando algumas assinaturas para a gente constituir alguma coisa. Agora, lamento o seguinte, senhor presidente, que já que vocês detectaram tantos erros nos governos que antecederam o governo liberal de Vossas Excelências não tenham aprendido a lição de casa e corrigido isso. Tem tanta focinheira para se colocar em cães, e muitas vezes por aí a fora a gente vê a mesma ser colocada em outros lugares, para impedir manifestações, essa coisa toda.

Quero dizer, que a democracia se faz dessa maneira, posso dizer que tenho o maior respeito, e essa é uma prática minha de respeitar aqueles que não concordam comigo, tenho o maior respeito, sou amigo posso dizer da totalidade dos deputados e da deputada Serafina, não me move nenhum sentimento de agressão, nem nada, estamos tentando fazer nesta Casa um debate aprofundado sobre o plano das idéias para ver qual é o Paraná que queremos amanhã. Então, quando se fala, como eu falei aqui, que a decência desses cães talvez seja daqueles outros, coitados dos animais. Vejam a que degradação são levados. Acho que aquilo que o governo Canet fez de errado, os governadores seguintes talvez tenham tido a competência para aprender com aquilo que estava equivocado e caminhar, e avançar. Acho que todo mundo aprendeu com todo mundo. Agora, precisamos ter um compromisso com o Paraná de que estamos dispostos, nem a Bancada extremamente majoritária do governo, e a nossa aguerrida Bancada de quatorze membros, não queremos outra coisa a não ser discutir os problemas do Paraná. Ou vocês acham que me alegro, como outro dia escreveram, com a teoria do quanto pior melhor? Nada disso!

Queremos um Paraná respeitado dentro do conceito nacional, em relação a todos os Estados. Não queremos, como não fizemos aqui, em nenhum momento, nenhuma acusação ao atual ministro dos Esportes, que parece estar numa desabalada corrida para chegar no marco final da sua maratona, que é o dia 22 de abril. Nenhuma palavra! Eu pessoalmente, posso dizer, não sou de acusar de desonesto quem quer que seja. Aprendi que o contraditório e todas as chances têm que ser dadas a todos para se defenderem, senão não vivemos num regime democrático! É o que eu fiz é o que estou fazendo e me alegro que este debate possa ser travado aqui.

Hoje falei a respeito dessas coisas que acho fundamentais, a pressa em se produzir filhos, neste momento, chamados CPI's, CPI 2, estão estes filhos impedindo que as questões primordiais, mais profundas, aquelas que a dúvida paira, através delas, na cabeça de todo mundo, não sejam apuradas.

Senhor presidente, encerro o meu pronunciamento e agradeço a atenção e a tolerância que Vossa Excelência me concedeu.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o deputado Hidekazu Takayama.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Senhor presidente, nobres companheiros desta Casa.

Ouvimos neste momento um discurso inflamado e vibrante do nosso companheiro, Waldyr Pugliesi, pessoa a quem temos grande admiração, já caminhamos juntos em algumas ocasiões e é bom vê-lo usando a tribuna a manifestar seu pensamento e sua opinião a respeito do que ocorre e do andamento da questão do momento.

Neste momento ao ocupar esta tribuna, gostaria, antes de iniciar o meu pronunciamento, de convidar também a todos os companheiros, seja da situação ou da Oposição, principalmente o companheiro Waldyr Pugliesi, a assinarem, a subscreverem as CPI's, porque era desejo de todos, também desejávamos que as questões ruins, as questões erradas viessem à tona e pudéssemos ajudar a melhorar a situação deste país e deste Estado.

Todos sabemos que a questão da moralidade é de suma importância, o combate à corrupção, o combate ao narcotráfico, o combate às coisas erradas, faz parte do nosso dia-a-dia, não somente como parlamentares, mas como chefes de família. Como aqueles que irão deixar às gerações futuras não somente exemplos, mas, acima de tudo, um legado, uma herança.

Por isso convidamos todos os companheiros a subscreverem estas CPI's que queremos ver funcionando, trazendo à tona as coisas que estão erradas! Agora querer colocar picuinhas, ou muitas vezes questionar a legalidade a validade das CPI's, porque é feito por um lado ou por outro, ora, meu Deus do céu, todos queremos a transparência! Todos sabemos que, se queremos a lucidez, a transparência e acima de tudo a busca da verdade e principalmente a busca da correção e da moralidade, por outro lado sabemos também, companheiros desta Casa, que existem as questões políticas. Existem pessoas que muitas vezes querem usar instrumentos que deviam ser usados para trazer a moralidade, querem usar isso como palanque político. Não há razões para isso. Estamos todos juntos. Queremos a busca da transparência. Temos que procurar trazer a resposta que a população tanto solicita.

Com muita responsabilidade assinamos a CPI e gostaríamos que todos os companheiros da Situação e da Oposição também assinassem. O momento é exato para olharmos para o inimigo comum de nossas famílias e nossas vidas.

Quero aproveitar para enaltecer os 43 anos da Polícia Florestal, corporação essa que, com tanto brilho, tem procurado preservar o nosso meio ambiente, enfim fazer o trabalho que sabemos que é de extrema relevância.

(Lê):

“**Nome:** Batalhão da Polícia Florestal da Polícia Militar do Paraná.

Data da fundação: 04 de abril de 1957

Nome do comandante: Tenente Coronel Jamil Rodrigues de Mello

Contingente: Aproximadamente 635 policiais

Leis que regem as atividades da Polícia Florestal: Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998.

decreto 3.179 de 21 de setembro de 1999.

Algumas das finalidades da Polícia Florestal:

- 1) Preservação do meio ambiente em todo o Estado do Paraná;
- 2) Fiscaliza atividades das mineradoras;
- 3) Delitos contra a fauna e a flora (sendo que os produtos apreendidos, em bom estado, são doados para instituições de caridade. Ex. palmito, peixes, etc. Cumpre função social;
- 4) Fiscaliza a pichação ou grafiteagem em propriedade pública ou privada;
- 5) Fiscaliza e combate incêndios em áreas florestais.

Comemoração: Hoje 04/04/2000 na Associação Médica do Paraná - às 19h30min.”

Fica hoje o registro da nossa homenagem a essa corporação que tanto bem tem feito à sociedade.

Quero pedir também aos companheiros desta casa que olhem para os produtores rurais. Estamos vivendo um momento bastante difícil, quando pessoas mal intencionadas são enaltecidas por estarem invadindo propriedades produtivas. Ficamos um pouco preocupados. Sabemos que muitas dessas questões devem ser reavaliadas ou até questionadas.

Estamos vendo que essa distribuição de terras não são reaproveitadas. As pessoas usam esses argumentos que precisam de terras e acabam transformando essas terras em terras improdutivas, porque destroem tudo que existe no local e, muitas vezes, usando como escudo, como camuflagem para atividades subversivas.

Deixo aqui meu manifesto sobre essa questão e que possamos avançar nas questões sociais. Porque os produtores rurais estão apreensivos com essa instabilidade criada. Corremos o risco de ver o Paraná se tornar cada vez mais improdutivo e as terras desvalorizadas. Trazendo a falta de desejo com relação à nossa terra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao quanto orador inscrito, deputado Edgar Bueno.

O SR. EDGAR BUENO

Senhor presidente, senhores deputados. Hoje fomos surpreendidos por um golpe que muitos dos espertalhões imaginam ter golpeado, ter enganado a Oposição. Quero deixar aqui o registro nesta Casa, de quem foi enganado com as cinco “CPI’s da Madrugada”, foi o povo do Paraná. Está é a grande verdade!

Vamos voltar ao histórico. A Oposição propôs a CPI do Narcotráfico e o Crime Organizado. Os governistas simplesmente, colocaram todos os obstáculos CPI do

Narcotráfico e o Crime Organizado e, até hoje, ainda não nos disseram o porquê.

Agora, quando o CSDB dá um passo à frente e garante às Oposições a CPI do Narcotráfico, imediatamente veio o “Golpe da Madrugada”.

“O Golpe da Madrugada” foi muito parecido com o “Golpe da Madrugada” dos cinco anos do Sarney, quando na madrugada foram distribuído canais de rádio e televisão por todos os cantos deste país, em troca dos cinco anos e os dez depois, dos cinco anos do Sarney.

A “CPI da Madrugada” obistou-se que se criasse aqui a CPI do Pedágio, da Copel e da Sercomtel, e a nova CPI que surgiria a partir do momento e uma denúncia que aconteceu em outro Estado. A denúncia do desvio dos recursos aplicados nos Mundiais da Natureza.

Obistou-se a possibilidade de se criar três CPI’s importantes, de interesse público, para criar as cinco CPI’s laranjas, ou seja, uma laranja.

Meu caro deputado Nereu Moura, Vossa Excelência tem muita laranja aí, foram cinco, e não dez, doze, como Vossa Excelência está trazendo nesta Casa.

Porém se for fazer o suco de laranja, daí tenho a impressão que essas laranjas deverão estar presentes.

Agora, se Vossa Excelência achar que esse suco é muito fraco para a garganta do povo do Paraná, podemos sugerir o suco de acerola, que é um suco mais forte. Porque é impossível aguentar estas cinco CPI’s.

A Oposição vai refletir, se vamos participar ou não de quatro laranjadas, da CPI do Narcotráfico e o Crime Organizado, acho que a Oposição deve participar.

Deve participar e fiscalizar, porque o governo está fazendo esta manobra nesta Casa, também poderá tentar a manobra da maioria na CPI. O domínio, o comando, da CPI, assuntos que interessam e assuntos que não interessam.

Ora, senhores, coloquei em Cascavel um disque denúncia, recebi uma centena de denúncias desse Estado, lá do Oeste do Paraná, por crime organizado campeando solto por todos os cantos, apadrinhados por autoridades. Uma das denúncias diz o seguinte: “Se precisar levo na Assembléia Legislativa uma fita provando o envolvimento de autoridades com ladrão de carro, negociando com ladrão de carro, para que esse ladrão de carro não seja denunciado”. Se for realmente um suco de laranja, vou trazer este que denunciou, a fita que ele tem em mãos, para que seja retransmitida aqui dessa tribuna.

Vamos buscar a verdade, não vamos nos acovardar diante de qualquer ameaça ou a laranjisse que esteja acontecendo neste Estado.

Temos a obrigação de combater o narcotráfico e o Crime Organizado. Somos responsáveis pelos desmandos que estão acontecendo em nosso Estado. Somos autoridades constituídas e não estamos aqui para respaldar bandido. Não estamos aqui para apadrinhar o crime que acontece e campeia em todos os cantos.

Quando a base do governo coloca o roubo de carga, desconhece que há dois dias foi levantado o roubo

de 61 caminhões. Sessenta e um caminhões instalados num pátio de um financiador de campanha e por isso não há interesse nenhum por parte de quem está no governo, de quem dá apoio para o governo, para que isso seja levantado à sociedade do Paraná.

Senhores deputados, deixo aqui uma proposta. Se for séria a intenção de derrubar o crime organizado, deixo a proposta aqui, não participamos de nenhuma das quatro. Porém, negociando com a CPI do Pedágio, podemos ceder e aí acompanhar os governistas e participar das outras quatro CPI's, porém tem que haver essa cobrança popular, porque senão houvesse a cobrança hoje não estaríamos aqui, instalando uma CPI.

A população pediu, pressionou e muitos daqueles que representam a população, tiveram que ceder à vontade da população, mas não podemos permitir que essa CPI que está sendo instalada hoje e mais as quatro, possam ser instrumentos de manobra, de acobertamento do crime, possam ser instrumentos de propina e manipulação.

Temos a responsabilidade de dar resposta à população e não é com CPI's "laranjas" da madrugada que vamos resolver os problemas da população. Há uma responsabilidade muito grande em tudo isso e não podemos ceder à marginalidade.

Na Colômbia, hoje, a criminalidade comanda os meios políticos, judiciários, comandam todos os meios de comunicação daquele país. Por quê? Porque os responsáveis se acovardaram e o crime ficou tão forte, tão fortalecido na Colômbia que hoje ele tem o domínio total das ações daquela Nação e se não tomarmos providência, com certeza absoluta, o Brasil pagará caro. Nossos filhos, nossos netos estarão nas mãos do banditismo, do crime organizado, do narcotráfico, da destruição da família paranaense.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. EDGAR BUENO

Se Vossa Excelência usar um minuto, posso lhe ceder o aparte. Se for mais de um minuto, não posso...

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Deputado, ouço com atenção o seu pronunciamento e discordo de muita coisa. Ouço o senhor falar que da forma como aconteceu a CPI na tarde de ontem, não é o modo correto.

Quero lembrar a Vossa Excelência que no governo anterior aqui nesta Casa, nós vimos no ano de 93, quando o deputado Pessuti era presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, ser encaminhado pelo governo, pelo PMDB, na época, 5 CPI's: a da violação dos direitos dos menores, da invasão de terras agrícolas e urbanas e evasão de receita tributária.

Isso foi implantado para proteger a CPI que estava prestes a ser protocolada nesta Casa e que era a CPI dos

helicópteros e que já tinha número necessário. Só para lembrar aquilo que aconteceu no mês de maio de 93.

O SR. EDGAR BUENO

Gostaria que Vossa Excelência compreendesse que eu lhe concedi apenas um minuto.

Gostaria de dizer que a minha responsabilidade é com o meu mandato e com o povo. Só devo explicações ao povo, não a governos anteriores ou ao de agora ou ao do futuro. Se eu estou num mandato parlamentar, concedido pela população, claro que devo explicação ao povo. Esta conversa do que aconteceu, do que está acontecendo agora e poderá acontecer no futuro, são apenas argumentos que não levam a absolutamente nada. Temos que argumentar sobre o que está acontecendo no Paraná, a maior vergonha do Brasil: a Polícia, chefe de Polícia, secretários todos envolvidos com esta marmelada que acabamos de ver com a CPI do Congresso Nacional.

Com aparte o deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura

Deputado Edgar Bueno, o deputado Plauto Miró Guimarães, traz aqui à luz um fato ocorrido no passado. Essa situação existiu e foi um erro, agora, um erro não justifica outro erro. Naquela época foi cobrado aqui por parte de alguns deputados que hoje estão tendo o mesmo procedimento, cometendo um erro maior, mostrando uma incoerência absurda, que naquela época condenava e hoje cometem o mesmo pecado daquele período, de forma que não dá para aceitar isso como justificativa: um erro não pode justificar outro em hipótese alguma.

Deputado Edgar Bueno: o que que o governo Lerner tem a esconder? Por que é que o governo Lerner não quer a CPI do Pedágio? Porque ficou muito claro com todas estas cinco CPI's, quatro delas laranjeiras, que há coisas a esconder no Paraná. O governo está escondendo da população a clareza que deve se ter em relação a assuntos graves como é o caso do pedágio. E o nosso povo está aí pagando o pedágio e vamos aqui, na Assembleia, fazer de conta que vamos investigar e não vamos investigar nada. Porque o fato é que estas cinco CPI's são laranjas. Porque à CPI do Narcotráfico e do Crime Organizado já havia assinaturas para instalá-la. Já havia ontem à noite 23 assinaturas para instalar a CPI, quer dizer, o governo se antecipou, por quê? Justamente porque é uma "laranjisse" para querer esconder da população do Paraná a verdadeira situação que vive o nosso Estado. Hoje um companheiro meu do interior me ligou e disse o seguinte: "Deputado Nereu Moura, o Paraná hoje está pior que São Paulo. Há tantas denúncias todos os dias que parece que está passando o filme envolvendo a prefeitura de São Paulo, tantos os escândalos que ocorrem no nosso Paraná e nós aqui vamos entrar nessa jogada do faz-de-conta. Vamos fazer de conta que vamos investigar e não vamos investigar coisíssima nenhuma e vai ser tudo pizza no final dessas CPI's.

O SR. EDGAR BUENO

Com aparte o deputado Edson Strapasson.

O Sr. Edson Strapasson

Deputado Edgar Bueno, quero apenas brevemente citar e cumprimentá-lo pela forma como expôs, refutando, definitivamente, aquela velha história que no passado se fez isso se fez aquilo. Assumi como deputado do ano passado e o que aconteceu no passado não me interessa. Interessa a mim, enquanto deputado, enquanto parlamentar, cumprir a minha parte zelando pela boa conduta do governo.

Evidentemente questionamos o encaminhamento dessas 4 CPI's, até porque separou-se o roubo de carga do crime organizado só faltando, talvez, fazer uma CPI para roubo de carga a granel e outra CPI para roubo de carga líquida. Na verdade foi uma forma de criar aí um número regimental de CPI's, impedindo a criação de uma importante CPI que hoje fere o Paraná inteiro que é a CPI do Pedágio. E nessa questão não abrimos mão, a sociedade não abre mão porque não podemos admitir que se crie diversos nomes para a mesma CPI e nem sequer, questionando hoje, a CPI do Medicamento, que é uma coisa que diz respeito aos grandes laboratórios multinacionais no Brasil inteiro e que talvez tenhamos uma grande dificuldade em poder investigar.

Quero dizer que a forma como se fez pela madrugada foi clara, foi evidente no sentido de impedir a criação da CPI do Pedágio que é, hoje, o grande anseio da comunidade e que hoje prejudica profundamente a economia do Paraná e nos deixa revoltados por não podermos hoje ter uma condição através do Regimento.

Quero cumprimentá-lo, obrigado pelo aparte.

O SR. EDGAR BUENO

Meu tempo está esgotado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa solicita a Vossa Excelência que por gentileza encerre o seu pronunciamento; estamos bem avançados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Senhor presidente, nada mais a dizer senão uma vergonha profunda de uma atitude acobertadora que estamos assistindo no Estado do Paraná. Como não há mais o que dizer, transmito a todos os senhores, para reflexão de todos uma frase histórica de Abraham Lincoln: "É impossível enganar todo o povo parte do tempo, ou todo o tempo parte do povo, porém, ninguém conseguirá enganar a todo o povo por todo tempo".

Acho que com isso encerro bem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quinto orador inscrito, com a palavra o deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Primeiramente, olhando de perto as laranjas colocadas na frente do nosso companheiro e amigo Nereu Moura, são laranjas normais, não têm aspecto de madrugada não, porque não estão orvalhadas; elas estão num aspecto normal.

Senhor presidente, o que vou nesta tarde falar nesta tribuna, tenho certeza que todos os senhores deputados, os 53, com este que vos fala, 54, que compõem esta legislatura, fariam sem precisar recorrer a qualquer dicionário, ou inclusive à história do Paraná, porque todos vêm sentindo na pele a discriminação violenta que o Paraná vem recebendo por parte de um grande político, mas que infelizmente está vestindo uma camisa totalmente contra ao Estado do Paraná, se fosse contra o deputado "a" ou "b", se fosse contra o nosso governador Jaime Lerner, se fosse contra o presidente da Assembléia, até poderíamos aceitar, mas um homem público, que tem a sua irmã residindo em Curitiba, um homem público que sofreu na ditadura, como deputado Waldyr Pugliesi sofreu e aqui nos relatou, um homem por quem sempre tive a maior admiração e respeito que é o nosso hoje governador do maior Estado do Brasil, o senhor Mário Covas.

Este senhor Mário Covas, não sei o motivo porque tenho a certeza que o povo paulista não está aceitando essa perseguição com o Paraná, no entanto, ele fica constantemente usando todos os meios e influências de um homem com este prestígio do governador de São Paulo, junto ao Ministério da Fazenda, junto à presidência da República, junto ao Senado, à Câmara dos Deputados sempre prejudicando o nosso Estado do Paraná.

Por isso, peço aos senhores deputados, na tarde de hoje, respeitando a figura histórica de Mário Covas, respeitando, porque se trata realmente de uma grande figura, mas para lhe dar um basta proponho nesta tarde de hoje um voto de repúdio ao governador de São Paulo, e explico e detalho aqui o porquê.

Senhor presidente, a nossa justificativa foi escrita, porque estamos falando realmente de um político e precisamos ter ética. A ética é sempre preservar os homens políticos do nosso país porque hoje é tão fácil denunciar a todos, caluniar, difamar.

Eu não queria entrar neste campo da difamação, principalmente porque se trata de um homem que respeito muito e votei para o Mário Covas para presidente da República, a pedido do grande governador do Paraná, José Richa.

(Utiliza o Horário do PSL)

(Lê):

"Há muito tempo a elite política de São Paulo vem se manifestando de forma arrogante com complexos de superioridade sobre o Paraná. Foi assim quando escravizaram e venderam nossos índios em praças de São Paulo. Foi assim, quando o Paraná era apenas a 5ª Comarca de São Paulo, de quem dependia política e eco-

nomicamente, e nos submeteram um atraso de dezenas de anos. Foi assim quando nos impuseram preços e manipulações na nossa economia cafeeira. Foi assim quando inventaram a doença conhecida como cancrocítico e exigiram a extinção dos nossos laranjais para proteger a citricultura de São Paulo, nos penalizando por anos com esta grande mentira...

E agora a mesma elite política paulista, liderada pelo seu governador Mário Covas, tenta investir sobre o Paraná com a mesma arrogância que assistimos na nossa História. Não se conforma o governador de São Paulo que o Paraná seja hoje um Estado independente e que busca, na inteligência dos seus bons governadores, a solução para consolidar o nosso desenvolvimento. Todos governantes paranaenses das últimas décadas contribuíram, de uma forma ou de outra, para que pudéssemos chegar onde chegamos. Hoje, os números dão conta de que o Paraná lidera o ranking de investimentos nos setores industriais, comércio e serviços, com geração de riqueza, de empregos e de qualidade de vida dos cidadãos. E é exatamente isto que tanto incomoda o governador de São Paulo que faz da inveja avalanche de retaliações: política, econômica e moral contra nosso Estado. Além de promover obstáculos, como por exemplo a sua eterna má vontade política de investir na duplicação da BR-116 para evitar a expansão econômica do Paraná. Um posicionamento criminoso que se reflete nas estatísticas de acidentes fatais nesta importante e movimentada rodovia. E temos ainda a questão dos royalties do fornecimento de energia da Usina de Itaipu. A elite política de São Paulo sempre se posicionou contra este incontestável direito do Paraná. Mas vale ressaltar a luta, a coragem e a determinação do diretor-presidente do jornal Gazeta do Povo e TV Paranaense Canal 12, doutor Francisco Cunha Pereira Filho, que numa campanha sistemática e pedagógica, através dos seus meios de comunicação, conseguiu reverter o quadro e hoje o Paraná conta com os royalties de Itaipu.

O governo paulista sabe muito bem onde prejudicar a economia dos outros Estados brasileiros, sempre burlando o impedimento legal dos benefícios fiscais. Recentemente duas grandes empresas foram favorecidas. O governo de São Paulo concedeu a elas financiamento integral do ICMS em 60 meses na importação dos equipamentos. Apenas para lembrar que a lei manda neste tipo de operação que o imposto tem que ser pago no ato do desembarço fiscal e não depois de cinco anos. Isto é: o governo paulista estabeleceu uma dívida fiscal futura.

Os benefícios criados pelo governo paulista e contestado pelo Paraná são os seguintes: Isenção de ICMS para água natural (Decreto nº 33118/91). Redução da margem de valor agregado de 72% para 32% (Decreto nº 41596/97 - com isto, o fabricante paga menos ICMS). Crédito presumido de 7% para produtos resultantes do abate de aves (Decreto nº 43846/99). Crédito presumido é um crédito hipotético arbitrado pela Receita paulista e abatido do ICMS a ser recolhido pelo contribuinte, pode

corresponder a uma isenção total ou parcial do imposto a ser pago). Diferimento na saída de máquinas e implementos agrícolas para o produtor rural (Decreto nº 43845/99). Diferimento significa transferir para as etapas seguintes do processo produtivo, de forma sucessiva, o recolhimento do ICMS, o que equivale a dizer que isenta os setores beneficiados do recolhimento do tributo). E mais, crédito presumido de 7% aos produtos cerâmicos (Decreto nº 33118/91). Crédito presumido a produtos de informática na ordem de 6,2% (Decreto nº 33118/91). Crédito presumido de 7% para gado e carne bovina (Decreto nº 33118/91).

Como se pode notar, não é o Paraná o causador desta guerra fiscal. O que o Paraná quer é que a elite paulista deixe o cinismo de lado e deixe de prejudicar nosso desenvolvimento econômico burlando a lei. Afinal, não estamos num sistema confederativo? Cabe ressaltar aqui a Lei nº 9.895, sancionada em 1992 que ficou conhecida como a “Lei Anibal Khury” garantindo incentivo ao desenvolvimento industrial do Paraná. A retomada da industrialização do parque paranaense, com crescimento superior à média nacional, teve como alavanca a legislação de incentivos fiscais da chamada “Lei Anibal Khury”. Mesmo assim, o Paraná sempre mostrou transparência na aplicação da lei e nunca desrespeitou o pacto republicano federativo. E esta lei veio para oferecer uma ferramenta capaz de conter os ânimos paulistas que sempre tiraram vantagem desta guerra fiscal, por eles estimulada. A lei do saudoso Anibal Khury foi uma iniciativa pioneira e dela jamais abriremos mão. Não apenas pelos frutos produzidos com um novo surto de industrialização no Paraná, mas por que é um instrumento imprescindível nesta guerra fiscal.

Por tudo isto, os nossos mais sinceros votos de repúdio ao senhor Mário Covas, que quer provocar uma guerra fiscal não apenas envolvendo o Paraná, mas com a sua megalomania, também a Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Espírito Santo. Com esta postura neonazista, o sonho de Covas em ser presidente deste país, já se pode vislumbrar que não passará de um sonho, ou na melhor das hipóteses, um fiasco.

Favor encaminhar cópia ao Excelentíssimo governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner, Excelentíssimo governador do Estado de São Paulo, Mário Covas, ao Excelentíssimo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e ao Excelentíssimo Ministro da Fazenda, Pedro Malan”.

O Sr. Durval Amaral

Quero cumprimentá-lo nobre deputado Geraldo Cartário e também cumprimentar o doutor Francisco Cunha Pereira, que é um baluarte em defesa do Estado do Paraná, em defesa dos interesses do Paraná.

Não poderia ter sido mais feliz o nobre deputado nesta tarde defendendo os interesses do nosso Estado do Paraná, ao acusar o governo de São Paulo, que quer ainda o Paraná como se fosse a 5ª Comarca de São Paulo. Na

verdade o sono profundo do governo Mário Covas despertou no cidadão paranaense e no governo do Estado do Paraná, a vontade de gerar rendas, gerar empregos, industrializar o Estado, mudando o seu perfil econômico. Graças a Deus estamos alcançando os objetivos, porque se fôssemos ficar na dependência de São Paulo não teríamos consolidado mais de 20 bilhões de investimentos na indústria paranaense, não teríamos consolidado o terceiro parque industrial automotivo do Brasil aqui em Curitiba, na Região Metropolitana e no Estado do Paraná.

Ainda há muito por fazer. Temos que revogar este privilégio do Estado de São Paulo de tributar somente a energia elétrica no consumidor final. Deve ser tributada aonde ela é gerada, porque fazemos riqueza aqui para beneficiar os empresários paulista.

Então, esta luta do doutor Francisco da Cunha Pereira é a luta de todos paranaenses. O senhor está de parabéns por registrar este voto de repúdio e nos solidarizamos e apoiamos a sua iniciativa, deputado.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor presidente, até pediria, tenho em vista que o assunto envolve o Paraná, que fosse dado um espaço maior para que pudéssemos contemplar os apartes que nos pedem.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

A mesa que alertar que está sendo usado nesta Casa a não cedência de horário de outro partido para o orador da tribuna.

Portanto, Vossa Excelência continua usando o seu horário de liderança e seremos complacentes dando mais três minutos.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Antes de conceder aparte ao deputado Cezar Silvestri, gostaria de cumprimentar o deputado Durval Amaral. Sei do seu conhecimento na área de ICMS, na área de municipalismo, e com muita propriedade Vossa Excelência vem enaltecer o nosso pronunciamento.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Quero me somar ao seu pronunciamento, deputado Geraldo Cartário, até porque, recordando o que aconteceu há alguns anos atrás, quando apresentei um projeto nesta Casa que isentava de ICMS o acréscimo financeiro das vendas a prazo. Isto foi no governo Requião, na época o secretário da Fazenda era o doutor Heron Arzua, e lembro bem que ele me dizia que este projeto era um projeto de grande alcance social, que beneficiaria 50 mil pequenas e médias empresas no Estado do Paraná, mas tinha um porém que precisava da aprovação no Confaz precisa ser feita por unanimidade e sempre, que qualquer estado propunha um avanço, tínhamos um empecilho exatamente através do Estado de São Paulo que é o Estado mais rico da federação.

Bem, vencemos aquela etapa dentro do Confaz e esta lei acabou se tornando uma lei que foi implantada em todos os Estados do nosso País, mas sempre foi o Estado de São Paulo que procurava colocar dificuldades e lembro que o governador da época já naquela ocasião falava que não dava mais para respeitar o Confaz, tanto é que hoje praticamente todos os governadores da Federação agem por conta própria. Aqui no Estado do Paraná o governador Jaime Lerner tem agido através de uma lei que é a lei do deputado Anibal Khury que dá, que concede incentivos fiscais às indústrias que aqui estão se instalando.

Então, realmente é inconcebível vermos o governador do estado mais rico da Federação agir contra Estados que querem procurar se industrializar, como é o caso do Paraná, Bahia e muitos outros Estados que tem os mesmos direitos, sabendo que o Estado de São Paulo foi o que mais concedeu incentivos para a industrialização.

Então, realmente o seu pronunciamento é extremamente oportuno e tenho certeza absoluta que terá apoio de todos os 54 parlamentares desta Casa.

Parabéns, e desde já me somo integralmente ao seu pronunciamento.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Concedo aparte ao deputado Plauto, mas antes, ontem estávamos presentes quando o deputado Cezar Silvestri enaltecia as suas considerações à figura do Ministro dos Transportes...

(Término do tempo)

... e na ausência, deputado Cezar Silvestri, Vossa Excelência que um dia fez o ministro chorar num voto que Vossa Excelência deu contra ele, me elegendo líder da bancada. Vossa Excelência ontem mostrou o seu caráter, mesmo na ausência o senhor o defende, e na ausência o senhor o faz chorar. Realmente foi um ato que marcou bastante, na tarde de ontem.

Concedo os últimos segundos que me restam, que o senhor presidente me concede, aparte ao deputado Plauto. E sinto não conceder o aparte ao líder do Governo, e ao deputado Moysés Leônidas.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Nobre companheiro, ouço com atenção o seu pronunciamento, quero aqui trazer o nosso apoio a todas as suas palavras nessa tribuna. E quero lembrar na hora que se fala no Estado de São Paulo, que hoje o nosso governo do Paraná recebe críticas do atual governador daquele Estado, na alegação de que estamos dando incentivos fiscais para que o Estado do Paraná possa passar pelo processo de industrialização.

Na década de 70, começo de 70, o Estado de São Paulo teve recursos e dinheiro subsidiado do governo federal para que pudesse receber a maior parte dessas grandes indústrias que fazem parte do parque industrial na cidade de São Paulo e Estado de São Paulo. Então, são dois pesos e duas medidas, num determinado momento é

uma linha de pensamento, numa determinada questão é outra maneira de pensar e interpretar.

Então, no passado, São Paulo, sim, recebeu os grandes incentivos que o Brasil deu com dinheiro subsidiado que foi repassado àquele Estado para poder dar benefícios diretos a cada uma daquelas indústrias. E o Paraná hoje, nobre deputado, faz o seu papel, dá incentivos fiscais que são possíveis naqueles impostos futuros que serão gerados.

Obrigado.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

A Mesa registra, por solicitação do deputado Ademir Bier, a presença do empresário do Município de Medianeira, senhor Antonio de Vasconcelos, empresário de comunicação.

Não há oradores inscritos no Grande Expediente. Passamos ao Horário de Lideranças:

PST. Com palavra o deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, mesa diretiva, nobres Pares. Antes de falar sobre as CPI's que foram instaladas ontem aqui, quero parabenizar o ministro Jungmann, da Reforma Agrária, por ter, num ato, na semana passada, destituído todos os superintendentes do Incra, de todas as agências do Incra do Brasil, fazendo uma verdadeira operação de modernização desse Instituto, mexendo nas suas filiais em cada Estado, criando novas agências, com novos dirigentes, uma nova mentalidade, tenho certeza deverá nortear novas agências substituindo as superintendências regionais, que nós vínhamos falando aqui há mais de ano da sua importância, da sua incapacidade de incrementar uma reforma agrária eficiente, moderna, produtiva, que atendesse os anseios de todos os trabalhadores ligados à terra, às pessoas que gostam da terra, que trabalham a terra e só conhecem o trabalho da terra. Espero que com essa nova agência, tenhamos esse aparelho moderno, que venha fazer essa reforma agrária, saindo desse marasmo em que nos encontramos, e que hoje trouxemos aqui informações dadas pelo próprio Incra de que nos últimos 30 anos, aliás, em 30 anos de Incra no Paraná, foram assentadas doze mil famílias, e essas doze mil famílias, nenhum, mesmo trabalhando, obedecendo os requisitos que exige o Incra para que a propriedade passe a ser do proprietário, nenhum conseguiu ter o seu título de propriedade, e com isso hoje estamos aqui, depois de 30 anos, depois de milhares de reais investidos nesse programa social, que por sinal é caro, cada família custa em torno de 20 a 30 mil reais, nós não tivemos a felicidade de ter nenhum colono proprietário, com a sua escritura na mão, com seu registro de propriedade no registro de imóveis mostrando que ele é proprietário; e sim nós temos doze mil posseiros.

Quero continuar nesse raciocínio dizendo, o apoio que sempre os invasores de terra tiveram das Oposições vem mostrar que infelizmente, oposição se faz, aqui nesta Casa, com o intuito de criar transtornos, criar na opinião pública uma realidade que não é realidade, é ficção, porque lançam mão de instrumentos para poder confundir a opinião pública, e procurar com isso chegar ao Poder.

É um jogo que nós conhecemos e cada dia conhecemos mais, eu que sou pequeno empresário, estou na vida pública há apenas 4 anos, fico vendo este monte de laranja aí e fico até pasmo. Para mim esta cor amarela aí é a cor sabem do quê? A cor amarela me lembra a pessoa quando fica desenxavida, fica perplexa diante de manobras que querem trazer luz, mas na realidade eles querem escuridão! Eles querem trazer a não verdade, confundir a opinião pública!

De acordo com o que estávamos falando dos sem-terra, ninguém quer reforma agrária não, o MST não quer reforma agrária, nem no Paraná e nem no Brasil, porque é um grande negócio continuar os movimentos, invade aqui, pega dinheiro para fazer a casa, não faz a casa, não planta. Invade lá a outra propriedade, continua acumulando dinheiro. É isso que eles querem!

Então eu quero chamar a atenção da opinião pública, estas manobras da esquerda, eles não querem realizar nada! Eles são contra pedágio porque não querem duplicação de estradas, não pensam em produção, não pensam que o interior precisa progredir, que o interior precisa parar de imigrar gente para Curitiba! Saiu uma previsão de pesquisa esta semana, que Curitiba, no ano 2020 vai ter 8 milhões de habitantes, a área metropolitana, hoje nós temos 2 milhões e 700, 8 milhões, companheiro, de habitantes, no ano 2020. E de onde vem boa parte disso? Vem do interior do Estado! Não temos estradas para escoamento, não temos industriais com coragem para botar indústria lá, porque não tem onde vender o seu produto. Ora gente, nós precisamos pensar com responsabilidade, dentro desta Assembléia, temos que ter compromisso com o futuro, temos que administrar, ajudar o governador a administrar este Estado! Mas não é com estas fofquinhas! Querem CPI do Narcotráfico, montamos CPI do Narcotráfico, agora não querem mais! Não querem mais CPI, nenhuma! O que é isso, onde é que nós vamos parar? Por favor, eu estou vendo discurso aí de companheiro que já foi lá e inclusive já pré-julgou que isso não vai dar em nada.

O Sr. **Caíto Quintana**

Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Eu não vou conceder o aparte, me desculpe.

O Sr. **Caíto Quintana**

Quer pegar a sua laranja?

O SR. VALDIR ROSSONI (**Questão de Ordem**)

Senhor presidente, com todo respeito que tenho ao deputado Caíto Quintana e a todos os deputados, o deputado Divanir está fazendo o seu pronunciamento, como fez o deputado Waldyr Pugliesi. Eu acho que esta atitude de um parlamentar oferecer uma laranja a um parlamentar que está fazendo pronunciamento, sinceramente, não contribui em nada para o crescimento desta Casa.

Então eu gostaria que pedir a Vossa Excelência que se mantivesse o respeito aos pronunciamentos, desta Casa, mesmo que contrários à nossa vontade.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A palavra está assegurada ao deputado Divanir Braz Palma, que pode ou não conceder o aparte.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Obrigado, senhor presidente, obrigado deputado Valdir Rossoni. Aliás é um lembrete muito importante, porque acredito que gestos assim, quase que obscenos, só vêm deteriorar o bom relacionamento que existe nesta Casa. Sabemos que a Oposição está no seu papel; parabenizamos quando discursos inflamados são feitos aqui...

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem)

Senhor presidente, quero saber o que é gesto obsceno, se laranja é uma coisa obscena. Porque ele está falando em produção e considerando laranja obscena...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não cabe a Questão de Ordem, deputado Caíto Quintana.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Quero agradecer, mais uma vez, presidente.

Espero e tenho certeza que essa Oposição não vai conseguir tirar a serenidade do meu raciocínio.

Estamos imbuídos de um trabalho sério. Enquanto não se der liberdade de expressão a democracia está prejudicada. Cada companheiro tem direito de falar o que quer. Essa troca de idéias só vem enriquecer a nossa democracia e o nosso convívio.

Quando falei laranja vejo um símbolo para achincalhar. Não somos idiotas. Ninguém aqui é inocente para engolir esse gesto que vocês sabem muito bem colocar.

Não dá para entender mais nada. Uma hora querem CPI. Depois de instalar, não querem mais.

Quero fazer um apelo à opinião pública. A vontade de chegar ao poder às vezes extrapola os limites da decência. Valorizo o trabalho da Oposição, pois é importante. Agora, como defensor da Bancada do Governo não aceito que achincalhem as nossas ações.

Somos favoráveis às 5 CPI's. Vamos trabalhar. Vamos ser membros dessas CPI's. se houver alguma irregularidade, será apurado. Não vamos esconder nada.

Vamos participar ativamente. Queremos o nosso direito de liberdade de Situação.

Concedo um aparte ao deputado Hidekazu Takayama.

O Sr. Hidekazu Takayama

Quero parabenizá-lo pela forma aguerrida e a defesa clara com relação à questão pública.

Sabemos que, muitas vezes na fogueira das vaidades, algumas pessoas querem ser as estrelas. E, quando as coisas não ocorrem como eles queriam, usam desses recursos que muitas vezes denigrem a imagem desta Casa.

(Vozes paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa solicita aos senhores deputados que assegurem o direito de todos se manifestarem. Não quero evocar nenhum dispositivo do Regimento Interno, até porque não sou professor de ninguém. Portanto, vamos manter esse respeito que é importante.

A palavra está assegurada ao deputado Divanir Braz Palma.

O Sr. Hidekazu Takayama

Quero concluir parabenizando Vossa Excelência pela clareza com que aborda o nosso pensamento.

Nós estamos querendo ver a transparência, nós solicitamos as CPI's para que exatamente venha esta transparência, e agora ficam frustrados, eu não sei por que razões. Reconhecemos que esta é uma hora difícil, não é uma hora de brincadeiras. Estamos aqui querendo trazer a seriedade, e eu creio que todos que estão presentes nesta Casa, desde a imprensa e as demais pessoas que estão presentes, estão vendo que algumas pessoas estão querendo levar a situação na base da brincadeira da zombaria, mas não será isso que irá denegrir e querer manchar aqueles que querem realmente ver o bem-estar da nossa sociedade.

Parabéns, companheiro Divanir Braz Palma, e sendo membro do PST, na qual Vossa Excelência é líder, estou inteiramente ao vosso lado para dizer que nós caminharemos juntos para trazer os esclarecimentos tão necessários que a sociedade vem buscando.

Lamentamos o procedimento de alguns companheiros aqui; tínhamos tanto respeito e admiração, e seu comportamento até muitas vezes infantil, nos entristece. Acreditamos que a boa convivência faz parte de um Parlamento como esse. Fui eleito para estar nessa Casa, para ver o que há de melhor.

Sabemos com certeza hoje, que algumas CPIs, que algumas pessoas queriam apenas transformar em palanque político para tentar denegrir, achincalhar aqueles que estão no bojo do poder.

Acho que precisamos nos somar neste momento com os companheiros da situação e da Oposição, Oposição que realmente é necessária a uma democracia,

mas fazer de forma correta, fazer de forma a aceitar as questões e sem olhar para as coisas pequenas da vida.

Como dizia o poeta Fernando Pessoa “tudo vale a pena, quando a alma não é pequena”.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Quero agradecer o deputado Takayama. Gostaria de convidar, como disse o deputado Takayama, a todos companheiros da Oposição, deputados a quem eu respeito, sem exceção, pelo brilhantismo como fazem a oposição, pela ética que sempre procuraram nortear nos seus pronunciamentos e as suas condutas, principalmente, fora da tribuna, que me relaciono bem com todos eles.

Convidar a todos que participem desta CPI com intensidade e vamos, se é que tem alguma coisa, mostrar à opinião pública do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PSD, PFL. Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente e nobres pares deputados.

É com grande satisfação que nesta tarde estamos instalando nesta casa cinco Comissões Parlamentares de Inquérito.

Com grande satisfação, senhor presidente, por que trato com serenidade e com seriedade os assuntos que serão amplamente debatidos nos próximos 120 dias pela sociedade paranaense, aqui representadas pelos seus parlamentares.

Cabe só na minha cabeça, que o assunto narcotráfico é um assunto da maior importância para ser debatido no Parlamento, da maior importância de se exaurir todos os temas referentes e todos aqueles que suposta ou diretamente possam estar envolvidos, como é do maior interesse da sociedade paranaense que esta Casa discuta a adulteração dos derivados de petróleo, amplamente discutido e reivindicado por toda a sociedade paranaense, que não aceita mais chegar em postos de gasolina ter na bomba produtos adulterados e o Parlamento se cala, como se consentisse com essa verdadeira imoralidade.

Não cabe na cabeça de um parlamentar humilde como eu, que nós parlamentares possamos ficar quietos diante da cartelização dos supermercados, que alguns anos começou a se instalar no Estado do Paraná.

Quer me parecer que a dona de casa e o trabalhador, aquele que ganha um salário mínimo ou um salário pequeno no final do mês, espera dos seus representantes uma medida de austeridade. Quer me parecer que o aposentado, que gasta grande parte da sua aposentadoria com remédios, fica à espera do parlamentar e do deputado que levante uma voz em sua defesa, também aqui no nosso Estado.

Quer me parecer, senhores deputados, que o roubo de cargas, que tira a vida, que ceifa, que acaba com a possibilidade de realização de uma família, possa ficar cal-

ado diante desse Parlamento. Quer me parecer que esses assuntos da maior importância, não podem ficar circunscritos a quem seja o pai da criança. Toda boa idéia, toda boa iniciativa deve ser apoiada em defesa da sociedade, pelos parlamentares, sejam eles da Oposição ou Situação.

Me penitencio aqui, como todos os cidadãos do Estado do Paraná, com relação à CPI do Narcotráfico. Claro, a sociedade estava a reivindicar uma postura desse Parlamento e quero fazer justiça. O governador Jaime Lerner não agiu com imaturidade, não agiu com irresponsabilidade, não. Não tirou o proveito que alguns oportunistas de ocasião, fazem questão de tirar em toda desgraça alheia. Não, o governador Jaime Lerner, assim que soube de eventuais dúvidas sobre a honra dos dirigentes da Polícia Civil, tratou de demitir, tratou de exonerar do cargo o delegado geral da Polícia Civil, tratou de exonerar do cargo o secretário de Segurança Pública, tratou de dar todas as condições para que todos os delegados e investigadores fossem presos pela polícia do Estado do Paraná. Não foi a Polícia de São Paulo, o governador Mário Covas que veio aqui prender, muito pelo contrário, o governador Mário Covas tratou de dizer que a polícia de São Paulo é uma polícia honrada, limpa e que tem as mãos limpas. O governador do Rio de Janeiro, logo quando surgiram as primeiras denúncias do narcotráfico, tratou de demitir o encarregado, coordenador da polícia que lá estava denunciando. Ora, que hipocrisia é esta? Que hipocrisia é esta de dois pesos e duas medidas? Não. Aqui no Estado do Paraná não há posição do governador Jaime Lerner pelo oportunismo barato e de ocasião. Se tem que fazer a CPI, vai ser feita. Todas as medidas, com toda certeza, que cabiam ao governo do Estado tomar, foram tomadas: demissão, exoneração, processo administrativo. Agora, senhores deputados, vamos fazer justiça, o assunto requer, nobre presidente, o senhor que com tanta serenidade tem conduzido os trabalhos desta Casa, merece nesse momento, o tratamento que o Parlamento requer, da serenidade.

Me desculpem, tratar com “laranja” não é o caminho mais correto e não respeita o direito das Oposições, porque se não fossem as Oposições neste país, certamente estaríamos vivendo hoje sob a égide da ditadura.

Foram as Oposições que souberam avançar na anistia ampla, geral e irrestrita, negociando até com o governo federal da época, para que pudesse deixar alguns exilados mas trazer a grande maioria para o Brasil. Foi a sapiência das Oposições que aceitaram participar do Colégio Eleitoral para depois, na sequência, conquistar as eleições diretas para a Presidência da República.

Agora, senhor presidente, o que temos aqui é um assunto da maior importância tratado como brincadeira.

Pois muito bem, se é para tratar como brincadeira, o brinquedo saiu das mãos da Oposição e agora, com competência, a Situação deixa de ser acuada para começar a dizer o que diz a propaganda, que 14 é menor que 21 e que 14 será sempre menor que 40 que é o grupo

da Situação que vai dar as diretrizes e que tem que dar diretrizes desta Casa.

As comissões Parlamentares de Inquérito estão aí instaladas. Aqueles que quiserem assinar que assinem, os que não quiserem, se expliquem para a sociedade paranaense. Esta situação tem que ficar clara. Esta é a posição oficial do governo, é a posição dos deputados de Situação. Vamos deixar de ficar na defensiva, vamos partir efetivamente para dizer e dar respostas claras à sociedade paranaense.

Senhor presidente, tenho para mim que está claro o assunto, tenho para mim que está claro a sapiência, neste momento, da instalação dessas CPI's.

Com aparte o deputado Moysés Leônidas.

O Sr. Moysés Leônidas

Enfim estou vendo um pronunciamento lúcido na Assembléia Legislativa do Paraná. Quero cumprimentar Vossa Excelência que o faz com competência e, sobretudo, fazendo uma exaltação àquelas lideranças, aos deputados que às vezes nos exacerbamos na forma de colocar.

Acho que Vossa Excelência colocou com muita probidade: não podemos tratar assuntos - independente de Oposição ou Situação, como fez ou como se faz no "Reinado de Momo", que na base do deboche. O Estado do Paraná que está crescendo no ranking dos Estados da Federação brasileira, não pode ter uma Assembléia Legislativa em tom de "Reinado de Momo". Acho que é hora oportuna, inclusive estes momentos. Porque me sinto até envergonhado - em determinadas ocasiões - de poder ver que em determinado setor, eles querem fazer prevalecer a sua razão. Aprendi desde cedo que a razão é o cavalo do diabo e quem monta na razão, monta no diabo.

Então Vossa Excelência faz desta forma e quero compactuar fazendo das suas palavras as minhas, porque não tenho tempo de Liderança para poder expressar. Mas dizer que, inclusive essa tonalidade cabocla do chamado "segura o peão" é para segurar o diabo. E não estou aqui para ouvir - em determinadas situações - se não do meu bem querer, essas posições que são em tom de deboche daqueles que não sabem enfrentar, inclusive, a minoria. Acho que faz parte de um discurso de Oposição é lúcido, o Parlamento também é feito assim, mas Vossa Excelência traz aquele ponto, aquela pitada que precisava para fazer com que tenhamos aqui, a condição de aplicar a maior das justiças, que é a chamada justiça social, com respeito, porque respeito é bom e todo mundo gosta.

Parabéns a Vossa Excelência. Obrigado.

O SR. DURVAL AMARAL

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, no Horário da Liderança do PT, o deputado Hermes Fonseca.

O SR. HERMES FONSECA

Senhor presidente, senhores deputados.

Duas questões se destacam hoje nas preocupações da sociedade paranaense, que são expressas no dia-a-dia pelo povo do Paraná. Uma é a questão do crime organizado, do narcotráfico que traz o abuso da autoridade, que traz a violência, que traz a desintegração da família, que traz a dilapidação do patrimônio individual de cada um. O cidadão que muitas vezes compra seu carro, com muito esforço, com economia de muito tempo e aí não tem dinheiro para fazer o seguro, encosta na esquina e em pouco tempo seu carro é roubado, vai para os desmanches - que todos sabemos que existem, mas também sabemos que as providências são as mais lentas possíveis e nunca devolve o patrimônio àquele que foi roubado.

Essa questão do crime organizado e do narcotráfico merece uma CPI, só que esta CPI do Narcotráfico já estava garantida neste final de semana, quando o seu presidente do Partido, associado à democracia brasileira assegurou que os senhores parlamentares desta Casa iriam se associar às 17 assinaturas já apostas no requerimento da Liderança das Oposições, de tal forma que com 23 assinaturas, teríamos instalado hoje, amanhã, ou qualquer dia, esta CPI.

Portanto, a CPI do Narcotráfico não é novidade, não é o número maior ou menor que vai garantir esta CPI, bastam apenas 18 assinaturas, então não é questão de número, não é questão de aritmética, é simplesmente uma questão que estava definida. Portanto, esta questão considero da mais alta importância e da mais alta gravidade, que esta Casa tinha e tem obrigação de averiguar, de investigar, e de trazer uma resposta para a sociedade do Paraná.

A segunda questão que se destaca entre as preocupações da sociedade paranaense, do povo paranaense, é sem dúvida alguma, o pedágio. O pedágio, cujo requerimento das Oposições, já tem 16 assinaturas.

Não é preciso, nos finais de semana, percorrer o interior do Estado para saber que o pedágio junto com o tráfico organizado, com o narcotráfico, com o crime organizado, se insere nas maiores preocupações do povo do Paraná, porque é o cidadão comum que no dia 30 de março, na sua viagem de Curitiba para Londrina pagou um pedágio de 61 centavos, e na sua volta, de Londrina para Curitiba, no dia 2 de abril, pagou 1,26.

Essas preocupações que mexem com aqueles que não têm carro, que mesmo usando transporte coletivo, é a preocupação de uma estudante do município de Assaí, que ontem me abordou lá em Londrina, que tinha seu emprego em Assaí e foi transferida para Londrina, mas que nesse período - ela faz o último ano da faculdade de Economia em Cornélio Procopio - que agora, por força da transferência do seu trabalho, tem que viajar, todas as noites, de Londrina para Cornélio Procopio e retornar, e que agora paga 8 reais por dia de pedágio - 4 de ida e 4 de volta - na segunda praça de maior preço de pedágio no Estado do Paraná, que é a praça de Jataizinho, e que além

do pedágio ela tem que pagar, como não tem mais o transporte coletivo, tem que usar o seu carro por causa do horário bancário, e que ela está num desespero porque não sabe como terminar o seu último ano de faculdade, último dos 5 anos de faculdade. É a preocupação do pequeno agricultor, do granjeiro que leva os seus produtos da microrregião de Cornélio Procópio para o Ceasa de Londrina, todos os dias, e que tem que pagar o pedágio de ida e de volta.

Essa questão é importante e esta questão merece de todos nós, esta sim, merece uma CPI, esta merece que mais dois deputados - pelo menos - assinem o requerimento das Oposições, para que se compute as 18 assinaturas, possamos ter a CPI do Pedágio.

E não são as cinco CPI's novas anunciadas, porque uma já existia A CPI do Narcotráfico não é mérito da bancada do Governo porque já estava assegurada na iniciativa das Oposições.

Mas, as outras quatro... A CPI do Medicamento no Estado do Paraná, se não tem nenhum fato superveniente que justifique a CPI? A CPI do cartel dos Supermercados? Isto é subestimar a inteligência da sociedade do Paraná. O povo do Paraná quer a resposta daqueles que o representa nesta Casa, que são os legítimos representantes do povo do Paraná.

A sociedade quer uma resposta para estas questões que preocupam o dia a dia, a economia, a família do povo paranaense.

Portanto, com toda a prerrogativa, o poder que tem cada um de nós, em grupo ou individualmente, de propor esta ou aquela questão, e respeitamos a vontade da bancada de apoio do governo que tomou a iniciativa das 5 CPI's mas queremos dizer que não podemos concordar com esta artimanha, este desvio de atenção para as questões mais importantes e mais graves que preocupam o dia a dia de cada paranaense.

Portanto, além das 4 CPI's novas e não gostaram dos que fizeram alusão à laranja, tem outra CPI importantíssima para o governo do Paraná, a nossa interveniência nos negócios que envolvem as questões do governo do Paraná. Somos parlamentares e não podemos querer ter ingerência nos negócios municipais, mas um negócio em que se trata de Copel e Sercomtel temos sim o direito e obrigação de propor a investigação.

A questão do pedágio, temos sim o direito de propor a investigação.

Precisa ficar bem claro nesta Casa que não adianta ficarmos nos agredindo e as agressões levianas que aconteceram e têm acontecido nesta Casa, não levam à nada. Precisamos acima de tudo respeito, porque se o houver, também não cobrem respeito do contraponto e do contraditório. É preciso que nós que aqui convivemos no dia a dia e temos as nossas diferenças de opinião, e mais do que isso, temos diferenças profundas ideológicas, temos que nos dar ao respeito nas nossas relações parlamentares sob pena de tornarmos isso aqui uma arena em que prevaleça a força física do intelecto.

Só quero dizer que não acredito que tenha havido alguma intenção quando se colocou as laranjas na mesa porque isso é um termo da cultura popular, agora, se não gostarem de laranja, iremos chamar isso de abóbora que é maior e tem uma cor mais intensa e mais marcante.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta presidência anuncia a presença do doutor Oduvaldo Souza Calixto, advogado da cidade de Arapongas e também do senhor Antônio Vasconcelos, empresário da cidade de Medianeira. Sejam bem-vindos à Casa!

No Horário do PSDB, com a palavra o deputado José Maria Ferreira.

O SR. EDNO GUMARÃES (**Pela Ordem**)

Gostaria de anunciar a presença do prefeito do município de São Tomé, Antônio Cabrera de Sá.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhora deputada, senhores deputados, e também aquele que nos prestigiam com suas presenças hoje, esta Assembléia, nos últimos meses vem trazendo à baila algumas questões de suma importância à sociedade paranaense. E elas são importantes na medida exata em que pedem transparência, pedem apuração de irregularidades e pedem também que o governo preste contas, faça sua prestação.

Após a vinda da CPI Nacional, pipocou pelo Paraná afora uma série de denúncias e posteriormente fatos constatados que levam qualquer governo, qualquer cidadão a pensar qual deve ser seu comportamento enquanto representante, enquanto cidadão, enquanto pai. E, aqui se estabeleceu uma grande discussão. Se formos analisar, ela nem bem procedia, porque era só esta Casa cumprir seu papel constitucional criando uma CPI para que pudesse analisar, pudesse investigar e pudesse trazer os fatos à sociedade paranaense. Mas, por injunções políticas, por injunções que às vezes nós mesmos, enquanto deputados, e a sociedade não pode compreender a sua extensão, trouxemos a polêmica ao invés de buscar a investigação, buscar a realidade dos fatos.

Neste íterim, a Bancada do PSDB, somada aos companheiros de Oposição, ou melhor dizendo, na última convenção do PSDB, no dia 25, tirou uma moção do Partido de apoio à instalação da CPI nesta Casa, posteriormente, na data de ontem, o presidente do Partido se reuniu com a Bancada e decidiu, por consenso, que a bancada deveria assinar e apoiar a constituição da CPI nesta Casa. Não por um sinal de Oposição ao governo, mas sim em sinal de entendimento e de sintonia com as ruas e a necessidade da população de conhecer a verdade e ficar fora da vida pública deste Estado a banda podre da polícia, que tomou conta do aparelho de segurança.

Foi por isto que a Bancada do PSDB, somada ao parlamentar que compõe a bancada do PL, o compan-

heiro Pastor Edson Praczyk, subscreveu, dando condições para que esta Casa pudesse criar a CPI. São 23 assinaturas. E até a data de ontem a Bancada de apoio do governo, mais o Palácio Iguaçu, sistematicamente, boicotaram a realização e a constituição desta CPI nesta Casa.

E ontem, senhor presidente e senhores deputados, num passe de mágica, numa conversão à democracia e à transparência dos fatos de governo, a Bancada de apoio subscreve cinco CPI's! Cinco de uma vez só! Realmente se converteram à transparência do governo! E quais são elas? CPI do Narcotráfico, que a Bancada do PSDB e quero crer que a Bancada de Oposição subscrevem, o mesmo que não subscrevam, dará apoio porque este foi o desejo manifesto e não importa aqui a este parlamentar e nem à sociedade se é Pedro, se é João, se é Paulo que subscreve e que faz o protocolo, mas importa sim que os fatos apurados e que a sociedade conheça no seu todo quem está a roubar o sossego da sociedade paranaense e quem está a vilipendiar o poder público neste Estado.

Por isso, não tenho dúvidas, nós, se for apresentado, assinaremos a CPI, senhor presidente, porque não importa a mim e também à Bancada do PSDB e tenho certeza às Oposições, quem fez o protocolo. Isto é o de menos. Importa o objetivo, e nisto o PSDB, enquanto Partido deu a resposta, permitindo que pudéssemos hoje constituir a CPI, mas num passe de mágica, de conversão, talvez em cristãos novos, foi subscrito, sim, em uma delas, a CPI do Narcotráfico.

Por isso não tenho dúvidas, o PSDB participará e tenho certeza as Oposições também participarão da CPI do Narcotráfico. Não fizemos aqui, deputados Divanir Braz Palma, o joguinho, e o senhor usou de sofisma, porque nenhum dos parlamentares da Oposição que ocuparam esta tribuna em nenhum momento, eu lhe respeito, em nenhum momento usou e disse que não estaríamos apoiando a CPI do Narcotráfico. Em nenhum momento. A laranja, a "laranjisse" colocada aqui pelos deputados Irineu Colombo e Nereu Moura, foi em relação às 4 CPI's, e a esta sim, a esta vai o nosso endereço. Por quê? Porque esta é palanque político, deputado Takayama. Talvez Vossa Excelência não tenha acompanhado neste último mês e meio o convívio desta Casa para dizer que o palanque foi político. Não foi político, não. Foi o sentimento da sociedade paranaense. fazer política sintonizada com a sociedade é o que eu quero. Fazer política não divorciada dos interesses públicos é o que pretendo e aqui é o que vim fazer, porque este sim é o trabalho e a função desta Casa. Não se constrói uma democracia negando o direito do conhecimento aos atos do governo. Não será a criação de cinco CPI's e quatro delas "laranjas". Por que Vossas Excelências não criaram a CPI do Sercomtel, Copel, Banco FonteCindam e o município de Londrina? Por que é que nesta oportunidade tiveram um momento de ouro de resgatar a dignidade e não fizeram aqui a CPI dos jogos mundiais da natureza onde não se sabe para onde foram 85 milhões de reais? É dinheiro do povo. Por que é que não se constituiu a CPI do Banes-

tado, um Banco que já foi exemplo para este país e hoje é a referência negativa porque o Estado teve que injetar cinco bilhões, cento e noventa e sete milhões no ano que passou para amanhã este banco ser liquidado por 400, 500 milhões de reais? Por que é que não criaram? Por quê? Ora, estão fazendo das quatro CPI's o palanque da mentira, da desonra desta Casa, do 171 que aplicaram sobre esta Assembléia. Por que é que não criaram a CPI do Pedágio, onde o governo é acusado de superfaturamento? Por que é que não foram criar a CPI do Pedágio? Foram criar uma CPI aqui dos remédios. Por que é que não criaram a CPI do Banestado Leasing?

Por que não criaram a CPI das Comunicações para saber aonde foi 500 milhões de propaganda? Por que não criaram ou não mantiveram a CPI das jaquetas? Ora, se viessem com essas CPI's aí efetivamente Vossas Excelências estariam fazendo um grande serviço ao Paraná. Por quê, deputado Divanir Braz Palma, Vossa Excelência, fazendo apologia do governo, tentando defender o pedágio, diz que a Oposição está com palanque? Ora, defender a população é o palanque, mas o palanque da dignidade, o palanque da firmeza do mandato que para cá nos trouxe. Agora, olhar o interior e achar que Vossas Excelências resolverão o problema de Maringá, de Ibiaporã, de Londrina, de Cornélio Procópio com pedágios e sem infra-estrutura, sem investimento do governo, efetivamente não estaríamos sendo corretos e estaríamos aqui fazendo a prática da criação de novos empregos, novas oportunidades da nossa região.

Falar em oportunista de ocasião, senhor presidente, gostaria que Vossa Excelência tivesse a mesma deferência que teve com os demais; lhe agradeceria.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Tanto estou vendo que Vossa Excelência já avançou em 2 minutos e 22 segundos.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Até porque, senhor presidente, oportunista aqui me disse o meu amigo da minha região, Durval Amaral. Me chamou de oportunista de ocasião. Durval Amaral, Vossa Excelência sabe que nunca fui um oportunista de ocasião. E subscrevi. E tem mais, oportunistas são aqueles que assinam a CPI e depois retiram a assinatura. Aí sim, aí é que quero ver, porque as vezes que tomei essa iniciativa, a minha assinatura ficou lá em cima, nunca tirei uma assinatura. Essa é a postura de alguém que tem o encaminhamento de vida, e aqueles que têm um encaminhamento que não corresponde ao que falam, é o que pronunciam.

Ora, estamos transformando a Assembléia hoje com essas quatro assinaturas, a despeito, senhor presidente, de ser uma ação regimental, não questionamos, Vossa Excelência tem o dever de ofício de receber. Mas é uma questão do aspecto moral, isso não tem como justificar para a sociedade que criamos quatro CPI's numa noite, aonde passamos meses discutindo a criação dessas

todas, e em nenhum momento elas tiveram a oportunidade de serem criadas.

Tem o aparte o deputado Cezar Silvestri.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O seu horário está encerrado.

Com a palavra o Partido Trabalhista Brasileiro.

Com a palavra o deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada.

Ouvi todos os pronunciamentos com atenção, alguns concordando, outros discordando; alguns pronunciamentos agradáveis, outros desagradáveis mas me preocupa muito algumas figuras e poderia citar aqui, como exemplo, aquele homem que chega no espelho e diz o seguinte: “Espelho, espelho meu, que homem mais lindo sou eu”, como se todas as outras pessoas que o cercassem fossem pessoas horríveis e feias. Assim acontece nesta Casa, alguns olham para dentro de si e dizem: -”Eu sou o homem mais honesto dessa Casa, o restante, aqueles que tomam posições diferentes da minha, estes homens são desonestos, não representam os seus votos e não representam a vontade do povo do Paraná.”

Acho este um erro crucial para podermos aqui praticar a democracia! Temos fatos aqui e quero me reportar ao meu grande amigo, Waldyr Pugliesi, a quem tenho respeito, e lembro que quando jovem, já conhecia o nome de Waldyr Pugliesi, falando da tribuna, da ditadura, parece que representamos aqui nesta Casa a ditadura. E quero contar ao deputado Waldyr Pugliesi um pouquinho da minha vida e dizer que iniciei a minha carreira política sendo prefeito de uma cidade e fiz 1253 votos, em plena democracia! Então o discurso da ditadura, o discurso onde prevalece a vontade da maioria, certamente não cabe a Bancada de Situação.

E vejo, deputados aqui experientes, deputados que servem para nós como professores do Parlamento, em determinados momentos, quando contrariada a sua vontade, um comportamento que não acrescenta, certamente nada, para que este Parlamento seja respeitado pela opinião pública! Por isso tenho me comportado e procurado me comportar, peço desculpas aos deputados, se às vezes não me comportei. Sento na minha cadeira, não é minha, é do povo, mas o povo me deu esta oportunidade e ouço a todos os pronunciamentos com educação, com silêncio principalmente, porque como defendo o direito da minha palavra, com toda garra e determinação, defendo o direito da Oposição de subir naquela tribuna e fazer dela o uso que quiser e que convier. Agora, prezados senhores, o que serve a nós dentro do Regimento e da lei, tem que servir à Oposição, não pode ser diferente! Num determinado momento usamos de um artifício do Regimento Interno, de derrubar uma sessão, fomos crucificados. No outro dia acontece o mesmo, queria aprovar aqui um requerimento para constituirmos uma comissão para faz-

ermos um estudo da questão do pedágio, nos outros Estados, a traçarmos aqui um comparativo de preço e de perfil de investimentos, e foi derrubado por que foi esvaaziado o Parlamento.

Num outro momento eu, como líder do governo, junto com meus solidários companheiros, aos quais agradeço a forma como têm me tratado, com respeito, nós ao convidá-los para uma reunião ontem à tarde, também sabendo que o PSDB se reunia num determinado lugar, para tomar uma decisão quanto à CPI do Narcotráfico, também convoquei os deputados que fazem base de sustentação do governo para tomarmos uma decisão.

Depois de várias horas de debates, de discussão, de idéias, chegamos à seguinte conclusão. Vamos, sim, subscrever a CPI do Narcotráfico. Agora, querer tirar o direito regimental da Situação de apresentar novas CPI's e dizer que isso não é possível, é dizer que no passado mentiram também.

Lembro muito bem de um fato que ocorreu nesta Casa, quando aqui o deputado Mário Bezerra queria instalar uma CPI sobre a questão dos helicópteros. Ele tinha conseguido quase todas as assinaturas. E, de repente, surgiu da noite para o dia e analisaram as CPI's apresentadas naquela oportunidade injustificáveis, usaram desse artifício e a CPI dos helicópteros não foi instalada.

O deputado José Maria falava do pedágio. O deputado José Maria sabe muito bem, porque tem conhecimento de causa, é estudioso, competente, experiente. É uma das pessoas que considero sério, tenho nele a mais alta consideração, mas ele não pode negar que quem implantou esse sistema no País foi o seu governo do PSDB. As rodovias federais aqui pedagiadas não tinham manutenção e o Paraná não tinha como escoar a sua produção. É claro que era melhor para o governador Jaime Lerner não implantar isso e não sofrer o desgaste. São formas de governar. Se fosse outro governador no episódio da CPI do Narcotráfico certamente teriam tripudiado em cima daqueles que foram demitidos, exonados e que foram afastados das suas funções, para aparecer à opinião pública como salvador da pátria.” Certamente são diferenças de governar.

Outros governantes preferiam colocar à margem das rodovias uma placa nova, pintada escrita: “Esta rodovia é de responsabilidade do governo federal”.

O governador Jaime Lerner tem uma outra forma de governar. Ele, antes de pôr a placa, prefere ir em busca das soluções. E não é solução inovadora. Foi o PSDB que implantou nesse país.

Por isso que quero pedir aos deputados, vamos aprovar, sim, o requerimento que estou dando entrada nesta Casa. Aí teremos a oportunidade com a sabedoria que temos de percorrer o País e os Estados brasileiros, traçarmos um comparativo dos preços dos pedágios da qualidade das rodovias, do perfil dos investimentos, para irmos nos aprofundando nesta questão.

Então eu coloco aqui que quando se fala em indagação, deputado José Maria, já disse do respeito que tenho por Vossa Excelência, porque não se investiga os Jogos da Natureza? Eu devolvo a mesma pergunta a Vossa Excelência. Por que não se investigou a questão dos helicópteros? Por que não se investigou a questão das diárias frias? Por que? Se for para fazer perguntas, vamos fazer indagações aqui para que nós possamos refletir uma situação que nós vivemos. Porque parece que quando somos governo, agimos de uma forma e, quando não somos governo, agimos de outra forma.

Por isso eu disse aqui, existe, e eu não quero fazer críticas a quem tem sistema diferente de governar. Nós temos um governador que nós admiramos pela sua conduta, um homem inatingível, por mais que tenha acusações ao seu governo, ele consegue estar imune de qualquer acusação. Porque todas as pessoas, curitibanas principalmente, conhecem o homem Jaime Lerner, que mora na mesma casa, há mais de 20 anos. É o mesmo homem que conhecem as ruas de Curitiba. É o mesmo homem que governa este Estado com uma determinação sem precedentes, para transformar este Estado num Estado viável.

Vamos lembrar a história, nós estamos aqui há 10 anos dentro desta Casa e quantas vezes nós vimos na história do Paraná, um governador, como disse aqui o deputado Geraldo Cartário, reclamar do Paraná. Nunca. Será que alguma coisa está errada com o Estado de São Paulo, que eles estão reclamando com o Paraná, ou será que eles querem que o Paraná continue como a 5ª comarca de São Paulo, que nós vamos comprar tudo em São Paulo, pagamos ICMS, já somos o cobaia do Estado de São Paulo porque nós produzimos energia, e eles cobram lá o seu ICMS e fica no Estado de São Paulo numa jogada do senador, hoje, ministro da Saúde, José Serra.

Então quero dizer aos senhores, o que nós da Bancada do Governo estamos fazendo, a Oposição pode ter certeza absoluta, fazemos com convicção, com determinação e com certeza que seremos lembrado pela história por termos apoiado um governador que teve a capacidade de transformar a economia de um Estado, com muita coragem, com muita dificuldade e com muita determinação.

Quero encerrar meu pronunciamento. Quero fazer o convite em nome da Volkswagen do Brasil. Render uma homenagem que Vossa Excelência é o grande responsável por essa grande indústria que está instalada no Paraná.

Convido aqui a todos parlamentares desta Casa, amanhã, às 9 horas da manhã, estará aqui na Assembleia Legislativa um ônibus para levar os senhores que quiserem conhecer a fábrica Volkswagen no Paraná, certamente vamos conhecer a fábrica mais moderna do mundo.

Esta fábrica que já está exportando veículo para os Estados Unidos, para o México, para o Canadá e para o Mercosul.

Fica aqui o convite a todos os parlamentares desta Casa. Certamente os de Situação e com mais ênfase aos de Oposição, para que nos acompanhem e que vejam os avanços tecnológicos que esse Estado está tendo, certamente amanhã nos sentiremos mais paranaenses, nos sentiremos mais orgulhosos por sermos paranaenses e nós, que damos sustentação ao governo Jaime Lerner, nos sentiremos honrados por enfrentar as dificuldades que enfrentamos porque sabemos que estamos aqui semeando o futuro deste Estado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra à Liderança da Oposição.
Deputado Irineu Colombo.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**).

Senhor presidente, solicito a minha inscrição para o Grande Expediente, de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está inscrito.
Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, quero manifestar aqui a opinião da Bancada de Oposição ao governo Jaime Lerner. Essa Bancada não é Oposição aos deputados que aqui estão. Evidentemente, os deputados que fazem parte da Bancada de Sustentação do Governo, têm uma tarefa árdua, muito difícil, que é defender um governo que está numa situação desastrosa financeiramente, e também defender as trapalhadas administrativas deste governo, problema de caixa, desvio de recurso, obras superfaturadas... Reconheço aí a força desses deputados. Não é tarefa fácil, é tarefa hercúlea defender o governo. Entre as tarefas, está aquela de ter o Regimento Interno, no seu Artigo 36, parágrafo 4º, “que quando a vaca se vai com a corda...” quando ficaram sabendo, através do deputado José Maria e do pronunciamento das lideranças, do PSDB, que hoje ou amanhã estaríamos instalando a CPI do Narcotráfico, de repente bateu uma luminosidade, chegou uma carga moral, violenta que abateu os senhores deputados, iluminando-os e eles, claro, não uma CPI do Narcotráfico, mas mais 4 que é para investigar o Paraná.

Veja que isso é uma tarefa importante para quem defende o governo, mas convenhamos, os deputados de Situação não podem passar para nós, da Oposição, que agora eles querem resolver e investigar tudo.

Não! Regimentalmente tem espaço, é possível que não tenhamos a sexta CPI mediante requerimento, mas soubemos que isso é manobra e a manobra tem vários nomes. Nós resolvemos chamar essa manobra, da criação de 4 CPI's de “CPI's laranja”.

É uma homenagem que vamos fazer às críticas, importantes para a agricultura do Paraná, para a agricultura de São Paulo, que lá em São Paulo saia uma CPI da Laranja.

O que nós, deputados de Oposição, senhor presidente e senhores deputados queremos, é compor a CPI do Narcotráfico. Vamos indicar nossos membros, estamos ainda em fase de acertar todos os detalhes, nomes, etc, vamos querer efetiva investigação pela CPI do Narcotráfico, porque nós, deputados de Oposição, temos o compromisso com a família do Paraná e com a opinião pública do Paraná com relação ao narcotráfico e com relação ao crime organizado. E não vamos aqui ser acusados de omissos mesmo que seja um requerimento de Vossas Excelências. queremos participar dela com os nossos membros, absolutamente minoritários, não teremos a presidência nem a relatoria. Não teremos a capacidade de convocação, não teremos a capacidade de marcar os horários da reunião, não teremos capacidade de ver os relatórios preliminares, não poderemos deliberar, mas estaremos lá querendo que a CPI do Narcotráfico vá a fundo. A fundo, doa a quem doer, com relação às demais CPI's. Não vamos avaliar um procedimento, no mínimo, suspeito. Não vamos avaliar procedimentos ou manobras que visam não trazer aqui, para esta Assembléia, a instalação da CPI do Pedágio. A CPI do pedágio é a CPI que neste momento a opinião pública do Paraná, empresários, comerciantes, querem.

Estivemos em Toledo, eu deputados federais, outros deputados estiveram comigo lá em Toledo, qual que era a pauta da Associação Comercial do Oeste do Paraná? Pedágio! Pauta dos caminhoneiros dos comerciantes, dos industriais, das cooperativas, do porto de Paranaguá? Pedágio! Essa é a pauta paranaense, essa é a angústia do Paraná, essa é a resposta que teremos que dar, no entanto, a manobra não permite, está no Regimento.

Mas, nós, da Bancada de Oposição, vamos continuar com a intenção de instalar, sim, a CPI que a imprensa, que a opinião pública, todos querem no Paraná, que é a CPI do Pedágio. Há a possibilidade, senhor presidente, da sexta CPI sair. Combinamos os artigos 36 § 4º; artigo 122; artigo 232 que nós podemos instalar a sexta CPI através de projeto de resolução. Bem mais difícil, deputado Pessuti, porque projeto de resolução precisa de, no mínimo, 28 votos! Bem mais difícil. mas não nos furtaremos da responsabilidade de dar retorno à opinião pública e usar todos os meios possíveis para que esta CPI seja instalada.

Além do mais, nós, além da investigação do narcotráfico, com todo o nosso empenho, com nosso vigor, a nossa voz e com nossos parceiros membros, com uma extrema minoria porque é uma comissão de onze, também queremos aqui começar a produzir uma discussão na fila que talvez vocês tenham de CPI. Porque se uma não for instalada tem a outra. Nessa fila temos a CPI também, dos Jogos Mundiais da Natureza. Tem aí boatos e tem uma conversa que alguém me passou uns

documentos, poderíamos instalar, quem sabe, a CPI do IPE, da Saúde, e assim por diante. Mas o que temos de separar, deputados, é o que interessa para a opinião pública. Quais são as CPI's que interessam para a opinião pública? O que vocês acham deputados que dão sustentação ao governo Jaime Lerner? Eu estou dizendo aqui, a tarefa é mais hercúlea do que vocês estão fazendo. A tarefa, aliás merece, do ponto de vista regimental, o nosso elogio. O que vocês falarão para a sociedade quando todo mundo quer saber como é que é essa história do pedágio, superfaturamento, licitação viciada e vocês vão responder: "Não, eu tô na CPI do Supermercado". Um tanto quanto estranho. Segue: "Oh, Deputado, e o Pedágio? A Oposição está dizendo que está superfaturado, queremos uma investigação. "Vocês: "Não, nosso negócio agora é CPI de medicamentos."

Isso não é pauta da opinião pública paranaense, isso é a angústia da opinião pública paranaense, e nem explicar fatos passados que a mim inclusive não cabe relembrar. E um erro como já foi dito aqui, não justifica outro.

Portanto, para encerrar e querendo colocar na Ordem do Dia, que nós temos a pauta da CPI que é do narcotráfico e vamos fazê-lo. A pauta do pedágio estamos tentando apresentar aqui projeto de resolução, queria propor por fim, ao deputado líder do Governo, Valdir Rossoni, que se nós pudéssemos fazer um acordo aqui para que todas as 5 CPI's que nós instalássemos fosse para funcionar, senhor presidente, faça esta proposta, que todo Paraná vai ouvir.

A CPI que está protocolada, uma delas, senhor presidente, efetivamente estou encerrando, e a palavra amena não traz muita angústia.

A 4ª CPI que foi apresentada em bloco, apura fatos pertinentes ao narcotráfico e ao crime organizado, quando se fala em crime organizado já inclui, deputado Valdir Rossoni, a CPI do Roubo de Cargas, assim está sendo tratada em todas as Assembléias Legislativas do Brasil, que está instalada CPI, e é inclusive CPI presidida pelo deputado do PFL, Magno Malta. A CPI do roubo está inclusa nesta CPI, ela não tem absolutamente necessidade de existir.

Colocaria para Vossa Excelência a seguinte proposta: nós indicaríamos todos os membros, não deixaríamos nenhuma CPI virar pizza, trocaríamos a retirada dessa CPI do Roubo de Cargas pela CPI do Pedágio.

O Sr. Orlando Pessuti

O pedágio é um roubo de carga também!

O Sr. Valdir Rossoni

Isso é próprio do deputado Pessuti, fazer essas intromissões; talvez o tempo não o ensinou a ter essa ética.

Quero dizer a Vossa Excelência que propusemos estas 5 CPI's, e dizer que quando a gente quer tratar de

uma questão séria e propor uma negociação não ironiza. Quando coloca do seu lado esta laranja, digo que não negocio com Vossa Excelência.

O SR. IRINEU COLOMBO

Eu fiz uma proposta, ouvi perfeitamente, apenas quero atender ao ilustre presidente que já está me concedendo a benevolência, diante desta possibilidade de acordo já negada prontamente pelo deputado líder do Governo.

Fizemos a proposta, não houve contestação do mérito, deputado Valdir Rossoni, infelizmente Vossa Excelência não atendeu aos meus anseios, mas não vamos nos furtar com a responsabilidade e com a pauta que a sociedade paranaense quer, a família paranaense quer, e que a economia do Paraná requer, que é a investigação sobre o pedágio.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Requerimento nº 459, de autoria dos senhores deputados Algaci Tulio, Nelson Garcia, Duílio Genari, e demais senhores deputados, constante do expediente, solicitando a Constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), constituída de 11 (onze) membros e com prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias, para investigar e apurar fatos pertinentes ao narcotráfico e o crime organizado no Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Requerimento nº 458, de autoria dos senhores deputados Cesar Seleme, Algaci Tulio, Luiz Accorsi, e demais senhores deputados, constante do expediente, solicitando a Constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), constituída de 11 (onze) membros e com prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias, para investigar e apurar fatos pertinentes aos medicamentos no Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Requerimento nº 460, de autoria dos senhores deputados, Nelson Garcia, Duílio Genari, Hermas Brandão e demais senhores deputados, constante do expediente, solicitando a Constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), constituída de 11 (onze) membros e com prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias, para investigar e apurar fatos pertinentes ao roubo de carga no Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Requerimento nº 461, de autoria dos senhores deputados Geraldo Cartário, Tony Garcia, Antonio Carlos Belinati, e demais senhores deputados, constante do expediente, solicitando a Constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), constituída de 11 (onze)

membros e com prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias, para investigar e apurar fatos pertinentes a adulteração dos combustíveis, sonegação de impostos pelas distribuidoras de petróleo e postos de gasolina no Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Requerimento nº 462, de autoria dos senhores deputados Durval Amaral, Cezar Silvestri, Valdir Rossoni, e demais senhores deputados, constante do expediente, solicitando a Constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), constituída de 11 (onze) membros e com prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias, para investigar e apurar fatos pertinentes a formação de cartel de supermercados no Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

De igual maneira apurar fatos pertinentes aos medicamentos, ao roubo de cargas, à sonegação de impostos pelas distribuidoras de petróleo e postos de gasolina no Estado do Paraná e a formação de cartel nos supermercados do Estado.

Esta Presidência recebe os cinco requerimentos, e, cumpridas as formalidades constitucionais e regimentais, passa à Diretoria Legislativa para os devidos fins.

Esta Presidência, em momento algum, deixou de externar a sua posição no que diz respeito às CPI's aqui na Casa. E, poderia até usar a prerrogativa da Presidência por não firmar nenhuma assinatura, e esquivar-se de qualquer consulta. O tempo todo firmamos a mesma posição: A partir do momento em que houverem 18 assinaturas, imediatamente constituiremos as CPI's.

Pois bem, tão logo recebemos estes pedidos no dia de ontem, devidamente protocolados. Nos reunimos ainda hoje cedo com os membros da Direção e Assessoria da Casa para definirmos a constituição da comissão formada por 11 membros com 2 representantes do PTB, 2 do PFL, 2 do PSDB, 1 do PMDB, 1 do PPB, 1 do PT, 1 do PDT e 1 do PSL.

Mas o mais importante neste momento, senhores deputados, é que ainda hoje mantive contato aqui nesta Casa, almoçamos junto com membros do Ministério Público, agendamos uma reunião na 2ª feira porque na 6ª feira será empossado o novo procurador de justiça, doutor Teixeira. E, teremos uma reunião com membros do Ministério Público para criarmos, de maneira definitiva, um *modus operandi* para estas cinco CPI's.

De maneira alguma, a Mesa Diretiva da Casa, irá permitir que estas Comissões Parlamentares de Inquérito sejam utilizadas para outros meios senão de apurar aquilo que elas se propõe. Não vamos permitir palanques políticos, discursos teatrais e encenações em qualquer uma destas CPI's. Vamos adotar um procedimento de respeito, respeito que tem que haver entre nós em que pese as discussões acaloradas que tivemos hoje. Não achamos que tenha havido qualquer falta de respeito senão um ou outro deslize ou abuso por parte de alguns dos senhores deputados.

Mas, vamos, cada vez mais, estreitar nosso relacionamento com as instituições permanentes que, estas sim, tem o dever de polícia, de tomar a frente e avançar com todas denúncias, que as nossas Comissões Parlamentares de Inquérito deverão fazer.

Em momento algum, e sinto este desejo nesta Casa, deixamos de acreditar e dar um voto de confiança ao nosso secretário de segurança, ex-deputado José Tavares. De igual maneira ao Ministério Público, à Comissão Especial formada através do Palácio Iguaçu e membros da Ordem dos Advogados, do próprio Ministério Público, aqui da Assembléia. E quanto mais aguardamos um relatório final da Comissão Especial de Investigação, que sem dúvida nenhuma prestou um serviço extraordinário para que chegássemos aonde chegamos, para que fossem tomadas as medidas que foram tomadas.

Portanto, esta Presidência, ao receber os requerimentos com as assinaturas regimentais, como costuma fazer, cumpre o livrinho, e vai procurar envidar todos os esforços para que em momento algum a imagem desta Casa seja transformada nestas laranjas ou nas pizzas, como querem alguns. Vamos cumprir com o nosso papel, sim, e é isso o que espero.

Se o objetivo eram as CPI's, temos cinco para nos ocuparmos. É evidente que a Mesa Executiva ou os membros da Mesa Executiva não podem pertencer a nenhuma delas: presidente, 1º e 2º secretários e os dois vices-presidentes. De resto, todos os senhores podem pertencer e nós, como manda o Regimento Interno, a partir de hoje concedemos o prazo de 5 dias para que as lideranças dos partidos indiquem seus representantes, sob pena desta Presidência, passados seus cinco dias, indicar em 48 horas, por sua livre e espontânea vontade.

Faço questão de fazer este esclarecimento, num momento muito especial que vive esta Casa e que faço depois de tantas horas de sessão, uma confissão, que não imaginava quando assumi esta cadeira, por aqui passar. Mas, vamos passar com a ajuda de todos vocês.

Pela ordem, com a palavra o Deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Para comunicar à Casa, não está em Plenário o deputado Ângelo Vanhoni, mas já conversamos, o deputado relator da Comissão Especial, deputado Fernando Ribas Carli, deverá provavelmente a manhã este relatório apresentar, possivelmente na quinta-feira ou quem sabe até amanhã ao final da tarde, apresentaremos um relatório final da Comissão Especial, para que possamos dentro daquilo que propusemos: encerrado o trabalho da comissão se instalar a Comissão do Narcotráfico.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ofício nº 060/DHT/2000, subscrito pelo senhor deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente, solicitando os bons préstimos de Vossa Excelência, no sentido de autorizar a entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao senhor José Polini, seja realizada no dia 07/05/00, às 15 horas, no salão nobre da Prefeitura Municipal da Cidade de Ponta Grossa. **À Diretoria Legislativa para anotar.**

Projeto de resolução de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos senhores deputados Irineu Colombo e José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforma avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 177/99, de autoria do deputado Elio Rusch, que declara de Utilidade Pública, o Clube da Terceira Idade sempre unidos, com sede em Aurora do Iguaçu, município e comarca de São Miguel do Iguaçu. **Aprovado.**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 420/99, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Mães e Amigos das Crianças Carentes de Nova Fátima, no município de Nova Fátima. **Aprovado.**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 015/2000, de autoria do deputado Elio Rusch, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Pedro do Iguaçu, no município de São Pedro do Iguaçu. **Aprovado.**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 043/2000, de autoria do deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Fundação Nossa Senhora de Fátima, com sede e foro na cidade de Cianorte. **Aprovado.**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 044/2000, de autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação dos amigos Pró-Boqueirão - AAPB, com sede e foro na cidade de Curitiba. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 044/00
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Amigos Pró-Boqueirão - AAPB, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22.03.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 216/99, de autoria do Deputado Tony Garcia, que autoriza o governo do Estado a descentralizar as ações da Defensoria Pública e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 37, de 04.05.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 216/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Tony Garcia, objetiva autorizar o governo do Estado a descentralizar as ações da Defensoria Pública e dá outras providências.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma de Emenda Modificativa para melhor adequá-la às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.10.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
WALDYR PUGLIESI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA
PROJETO DE LEI Nº 216/99

Art. 1º - Nas redações da súmula e do art. 1º do Projeto de Lei nº 216/99, substitua-se as expressões "Governo do Estado" por "Poder Executivo".

Sala das Comissões, em 19.10.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
WALDYR PUGLIESI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 612/99, de autoria do deputado Durval Amaral, que cria o Pólo de Turismo Rural no Norte do Estado. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.T.. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 181, de 29.11.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 612/99

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 612/99, de autoria do deputado Durval Amaral, criando o Pólo de Turismo Rural no Norte do Estado do Paraná.

A matéria em questão está em consonância com o disposto no artigo 144 da Constituição Estadual, que prescreve: "O Estado e os municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico".

O turismo é indústria das mais promissoras, com significativos números na geração de empregos e, conseqüentemente, de desenvolvimento para as regiões que souberem agregar recursos para esse fim.

Isto posto, emitimos nosso Parecer Favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 612/99, por considerá-lo constitucional e legal, na forma do Substitutivo proposto apenas no sentido de corrigir a técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 28.03.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 612/99

SÚMULA: Cria o Pólo de Turismo Rural "Café no Bule", no Norte do Estado do Paraná.

Art. 1º - Fica criado o Pólo de Turismo Rural "Café no Bule", nas zonas rurais dos municípios de Cambé, Rolândia e Araçongas.

Parágrafo Único - Para efeito de incentivos fiscais, de crédito e de infra-estrutura, o pólo turístico exclui as zonas urbanas dos municípios citados neste artigo.

Art. 2º - O Chefe do Poder Executivo, através da Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, regulamentará esta lei.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.03.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE TURISMO
PROJETO DE LEI Nº 612/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre deputado Durval Amaral, tem por objetivo criar o Pólo de Turismo Rural no norte do Estado do Paraná.

Sobre a matéria já podemos observar o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, na forma de Substitutivo.

Chamada a opinar esta Comissão de Turismo, de acordo com o que preceitua o Regimento Interno desta Casa, verificamos como consta da justificativa do autor, que a Indústria do Turismo Rural é o segmento que apresenta o maior índice de crescimento na economia mundial. Objetivando, ainda, incluir os municípios de Cambé, Rolândia e Arapongas nesse segmento mercadológico.

Diante do exposto, emitimos nosso Parecer Favorável, na forma do Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 03.04.2000.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
ANTONIO BARATTER - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 649/99, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Esperança do Sudoeste, com sede no município de Nova Esperança do Sudoeste e foro no município de Francisco Beltrão. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 196, de 13.12.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 649/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Esperança do Sudoeste, com sede no município de Nova Esperança do Sudoeste e foro no município de Francisco Beltrão.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por essa Casa de Leis.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 21.03.2000.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 016/2000, de autoria do deputado Elio Rusch, que declara de Utilidade Pública a Associação de Recuperação dos Alcoólatras, no município de Guaíra. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 002, de 16.02.2000)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 016/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Elio Rusch, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Recuperação dos Alcoólatras, com sede e foro no município de Guaíra, Estado do Paraná.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, somos de Parecer Favorável na forma de Emenda Substitutiva para melhor adequá-la às normas legislativas.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 28.03.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA
PROJETO DE LEI Nº 016/2000

O artigo 1º do presente projeto passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Recuperação dos Alcoólatras, com sede e foro no município de Guaíra.

Sala das Sessões, em 28.03.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 056/2000, de autoria do deputado Beraldin, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado ao Senador Osmar Fernandes Dias. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 013, de 13.03.2000)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 056/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Beraldin, tem por objetivo conceder o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senador Osmar Fernandes Dias.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por essa Casa de Leis.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 28.03.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CESAR SELEME - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 058/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova América da Colina, com sede no município de Nova América da Colina e foro no município de Assaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 013, de 13.03.2000)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 058/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova América da Colina, com sede no município de Nova América da Colina e foro no município de Assaí.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 21.03.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 068/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Veteranos do Basquetebol. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 15, de 15.03.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 068/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a “Associação Paranaense de Veteranos do Basquetebol”.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 21.03.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 070/2000, de autoria do deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública a Associação Médicos de Cristo, com sede e foro na cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. n D.A. nº 016, de 16.03.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 070/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Irineu Colombo, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a “Associação Médicos de Cristo”, com sede e foro na cidade de Curitiba-PR.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 21.03.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 469, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 481, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, com apoio dos senhores deputados Ademir Bier, Edson Strapasson, Luiz Carlos Zuk e demais senhores deputados, constante do expediente. **Prejudicado.**

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, pela ordem.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Senhor presidente, verificação de votação.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

O senhor me desculpe, a minha presença aqui é de estar atento, o senhor está votando o quê?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está se colocando em votação o Requerimento do deputado Irineu Colombo requerendo convocação do senhor Nei Leprevost, ex-secretário de Esporte e Turismo.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Queria consultar a Mesa, a convocação para o ex-secretário, para saber se regimentalmente é possível convocar um ex-secretário. Hoje Nei Leprevost é vereador de Curitiba, ele já não é mais secretário.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vossa Excelência está coberto de razão, o Requerimento não procede.

Requerimento nº 383, de autoria dos senhores deputados Nelson Garcia, Tony Garcia, Elio Rusch e demais senhores deputados, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. IRINEU COLOMBO (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, da mesma forma que falei ontem, só quero reafirmar aqui, não há unidade na Bancada de Oposição com relação a isso, mas estou encaminhando por votação contrária, porque para nós o que interessa é CPI, porque para nós da Bancada de Oposição interessa é uma CPI para investigar, comissão de fato, com estatura, com importância, com poder é uma CPI. Então, que inclusive incorporaria e muito bem faria esse trabalho da comissão especial. Já intitulei essa comissão de comissão esconde-esconde por isso estamos recomendando votação contrária, além disso temos efetivamente instalado na Casa cinco CPI's. Então, acho que o Líder do Governo poderia até recomendar a retirada desse requerimento por conta de que nós temos várias comissões funcionando, vai faltar membro para fazer tanto estudo assim. Então, o encaminhamento nosso é contrário tendo em vista as duas posições.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

(**Para Encaminhar**)

Quero manifestar aqui o meu apoio pelo requerimento, e respeito por discordar, divergir do Líder das Oposições, a quem respeito o posicionamento, a indicação, mas é uma questão de fórum íntimo e entendo que tudo o que for de informação que puder trazer, para inclusive subsidiar os estudos a respeito do pedágio, precisamos buscar. E ele com certeza vem trazer esse posicionamento. E isso não abre, deputado Irineu Colombo, mão da CPI do pedágio, só queremos trazer informações, se ela for necessária e se esses estudos

inclusive justificar, com certeza estaremos trabalhando pela criação da CPI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação o requerimento. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimentos nºs 480 e 479 de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, com apoio dos senhores deputados Ademir Bier, Edson Strapasson, Luiz Carlos Zuk e demais senhores deputados, constantes do expediente. **Em discussão.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 382 de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

(**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, teremos, deve estar sobre a mesa três requerimentos deste deputado. E este que Vossa excelência acaba de ler o deputado Valdir Rossoni já trouxe as informações, elas estão em discussão, vou analisá-las e portanto hoje solicito a retirada deste requerimento.

Se me permite vou encaminhar já o outro, que é um requerimento que solicita informações sobre os valores das operações que o Banestado transferiu para o Tesouro do Estado. Por que isto?

Com a possível privatização e com a exigência do Banco Central e do Ministério da Fazenda o Banco do Estado teve que tirar os ditos créditos podres de sua carteira e foram transferidos para o Tesouro do Estado.

Se é que isso foi feito queremos saber onde estão, em que carteira está aportado, como estão aportados? Qual a situação desses créditos. Ora, essa é uma informação de suma importância para amanhã inclusive com a própria situação de privatização do Banestado.

Não podemos fazer uma privatização de uma instituição de mais de 70 anos, com o volume que tem e não conhecermos estas informações. Portanto aqueles que entenderem que estas informações são necessárias e trazem luz à questão solicito o apoio.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão, em votação.

Rejeitado o requerimento.

Requerimento nº 380, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

Requerimento nº 378, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA
(Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados, temos uma situação inédita onde o governo firmou um termo de compromisso lá atrás, no ano de 96, com as concessionárias, em número de 6. Posteriormente o Estado, unilateralmente, reajustou estes valores em 50% do valor de então.

Ocorre que se não tivermos feito um bom termo de acordo evidentemente ficará um passivo, para o Estado do Paraná. E o que este deputado quer conhecer é o termo de acordo que foi firmado, se foi feito uma redução de 76% e uma de 112%, na média, vamos ver com que o Estado entrou, com o que ele exigiu para que pudesse fazer este acerto.

Porque não foi uma decisão da Justiça, o valor passou a ser cobrado em função de um acordo feito entre o Estado do Paraná e as concessionárias, em número de 6. Então é só para isto, para que possamos conhecer e amanhã não sermos apanhados de surpresa quando tivermos aqui um precatório de milhões de reais e não sabermos de onde tirar.

Este é o encaminhamento que gostaria que o senhor deputado viesse a apoiar, porque, caso contrário, isso vai acabar chegando na mão dos deputados por uma instituição e que seria um desrespeito a esta Casa temos que buscar nas instituições, ligadas ao transporte, o termo de acordo, enquanto, senhor Valdir Rossoni, podemos obter isso com transparência aqui nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)
Em votação o requerimento.
Aprovado.

Requerimentos nºs 420, 421 e 451 de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constantes do expediente de sessão anterior. **Retirados pelo autor.**

O SR. IRINEU COLOMBO (Para encaminhar)

Conversando com o deputado Valdir Rossoni, ele irá trazer as informações que preciso. Peço para retirar da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)
Retirado da Ordem do Dia.

Requerimentos nºs 452, e 453 de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 465, 466 e 467 de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 468, 474 e 475 de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 472 de autoria do senhor deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Encaminhe-se na forma requerida ao senhor Presidente do Tribunal de Justiça.**

Requerimento nº 476, de autoria dos senhores deputados Elio Rusch, Antonio Baratter e Tiago Amorim Novaes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 477, de autoria dos senhores deputados Antonio Baratter e Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 478, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 483, de autoria dos senhores deputados Péricles Mello e Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 484, de autoria do senhor deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 486, 487, 488 e 490 de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 489, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimentos nº 491, 492, e 493 de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte,

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 090, 538/99, 064 e 076/00.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 216, 612, 649/99, 016, 056, 058, 068 e 070/00.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TULIO, EM SESSÃO DO DIA 04 DE ABRIL DE 2000.

“Cassio mostra a nova Curitiba”

Estado do Paraná.

Uma reforma urbanística está acontecendo em Curitiba, assistida pelos moradores dos 75 bairros da cidade. A nova Curitiba não está nascendo de grandes cirurgias urbanas, mas de milhares de pequenas e médias obras - são 3,5 mil obras em 3 anos - que reorganizam a vida da cidade, para atender a necessidade da população. “Trabalhamos para oferecer igualdade de oportunidades, de conforto e qualidade de vida para todos. Nosso ícone não é um monumento, é a cidadania”, diz o prefeito Cassio Taniguchi, que na semana dos 307 anos de Curitiba comemora o investimento de R\$350 milhões em obras, desde que iniciou seu governo.

O trabalho de recuperação urbanística coordenado pelo prefeito faz o caminho inverso do tradicional: começou nos bairros, com os 650 Km de asfalto aplicados sobre o saibro e sobre o antipó velho, e chegou ao centro, com o alargamento e reforma geral dos principais caminhos do trânsito. No início deste ano, a reforma alcançou o coração da cidade, com a revitalização do calçadão da Rua XV de Novembro, por onde circulam pelo menos 100 mil pessoas por dia.

O novo calçadão, que resguarda a paisagem original tombada pelo patrimônio histórico, recebeu iluminação reforçada e vai ser observado por um conjunto de câmeras de vídeo para oferecer segurança à população e atraí-la de volta ao shopping aberto da cidade. Mas a obra mais trabalhosa está enterrada: são 25 Km - a distância do centro ao aeroporto Afonso Pena - de tubulações para passagem da água, esgoto, fios telefônicos e elétricos.

Planejar o crescimento da cidade tem sido uma marca de Curitiba nos últimos 25 anos. Agora, com uma nova proposta de zoneamento e uso do solo, discutida e debatida com todos os segmentos da sociedade, a cidade ganha o instrumento que faltava para orientar o desenvolvimento de Curitiba para as próximas décadas. “A nova visão de planejamento traz como ingrediente básico a certeza de que não é possível mais tratar o desenvolvimento de Curitiba sem pensar na integração com a Região Metropolitana”, explica Cassio.

Caminhos renovados - Com 9 grandes obras simultâneas de asfaltamento, a prefeitura começou no início do ano a reformar os mais importantes caminhos da cidade, utilizados diariamente por 310 mil veículos - mais da metade da frota de carros de Curitiba. Cerca de 385 mil pessoas moram e circulam na área de influência das vias, recuperadas para ficar mais seguras e confortáveis: as rápidas Santa Cândida e Pinheirinho, a Victor Ferreira do Amaral, Cândido Hartmann/Antonio Escorsin, Conectora 4, Visconde de Guarapuava, Júlio Bartolomeu Taborda Luiz, Cândido de Abreu e Avenida Kennedy.

As grandes ruas e avenidas são a “espinha dorsal” do sistema viário de 33 dos 75 bairros da cidade. Ao fim dos trabalhos, estarão prontas para receber o tráfego por pelo menos 5 anos, sem precisar de reparos. Em todas as

vias, o asfalto tinha vida útil vencida. Muitas, as obras têm caráter emergencial, para evitar que a prefeitura tenha que refazer o pavimento, com um custo quintuplicado.

“É o caso da rápida Pinheirinho, que há 20 anos não recebia reparos, e da Avenida Kennedy, há 30 anos sem obras de recuperação”, explica o prefeito Cassio Taniguchi, que deu prioridade à pavimentação dos bairros desde o primeiro mês de seu governo, lançando o Plano 1.000, que chegará aos mil quilômetros de asfalto até o fim do ano.

Estas obras recebem investimento de R\$ 13 milhões 267 mil, garantidos pelo governo do Estado, através do Fundo de Desenvolvimento Urbano (FDU), pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o próprio tesouro municipal.

As grandes ruas fazem parte de um pacote maior de obras, que espalha operários por toda a cidade. No total, são 22 vias importantes para o sistema viário em fase de reestruturação. Homens e máquinas alargam ruas, abrem novas ligações, desafogam o trânsito e reurbanizam ruas, com pavimentação definitiva, sinalização, iluminação, calçada, ciclovia e galerias.

Apenas duas obras desse pacote integram a região central. Trata-se do recape das Avenidas Visconde de Guarapuava, ao longo de quatro quilômetros, e Cândido de Abreu, em 1,6 mil metros. Como a Rua Barão do Cerro Azul foi reformada no ano passado, a reforma da Cândido de Abreu completa o eixo de ligação entre o Centro Cívico e o Centro.

Uma outra rua completa reformada pela prefeitura virou o símbolo do bairro Cajuru. É a Trindade, que cruza o bairro desde o Tarumã até a BR-277. Mas não foi só a circulação que melhorou na região. O Cajuru está de cara nova porque onde sempre tinha enchente agora tem rede de esgoto, drenagem, asfalto e vila de ofícios. Por toda a região foram construídas pontes, avenidas, antipó e canalização de córregos. A Prefeitura gastou 15 milhões de reais para transformar o Cajuru e garantir mais qualidade de vida para os moradores.

Mas os investimentos em saneamento básico foram feitos em toda a cidade. O governo do Estado e a prefeitura já construíram 736 quilômetros de rede de esgoto - mais que uma viagem de Curitiba a Foz do Iguaçu. Até 2002, a rede alcançará 80% da necessidade, com coleta e tratamento do esgoto.

Investimento social - A preparação da cidade para o futuro passa também pela renovação de sua infraestrutura social. As 99 unidades de saúde foram reformadas e pintadas e 4 ganharam novas instalações. Nas unidades foi prestada a maior parte do 1,7 milhão de consultas e dos 4,5 milhões de atendimentos de saúde feitos a cada ano, além de 500 mil procedimentos odontológicos.

Também foi através das unidades que 26 mil gestantes ingressaram no ano passado no Programa “Mãe Curitibana”, uma novação da prefeitura que garante aten-

dimento integral às grávidas e aos bebês. Em um ano, 100 mil exames médicos pré-natais foram feitos, número que vai crescer este ano com a inclusão de exames em bebês que nascem de mães HIV-positivas, para detectar a infecção e iniciar o tratamento precocemente.

As 129 escolas municipais também foram reformadas e 8 novas foram construídas, num trabalho da prefeitura em parceria com pais e professores que, além de garantir conforto para 95 mil alunos, ainda empregou 857 trabalhadores da própria comunidade vizinha às escolas. Com a descentralização de recursos, repassados pela prefeitura para aplicação pelas escolas, nada menos que R\$ 318 mil alimentaram a economia dos bairros em função das obras. Construindo ou reformando, a prefeitura conseguiu nos últimos 3 anos criar 10 mil novas vagas nas escolas e 1.140 vagas nas creches, que já atendem 26 mil crianças.

Até o fim do ano, todas as escolas estarão equipadas com computadores pelo Programa “Digitando o Futuro”, no qual o prefeito está investindo R\$ 8 milhões. As bibliotecas de bairro Faróis do Saber também estão recebendo computadores e oferecendo à população canais de acesso grátis à Internet.

Em toda a cidade, 48 mil pessoas fizeram cursos de qualificação e reciclagem profissional no Programa “Linha de Ofício”, que promove o treinamento profissionalizante em 26 liceus de ofícios espalhados pelos bairros. Os trabalhadores são encaminhados para o Linhão do Emprego, que incentiva a geração de renda, através de programas como o Empório Metropolitano, que reúne 1,8 mil produtores de fundo de quintal, as Vilas de Ofício e os Barracões Empresariais.

Concebido pelo prefeito Cassio Taniguchi, o Linhão é a maior intervenção urbana na cidade desde as canaletas do Expresso. Uma avenida de 34 Km está sendo construída entre o Capão Raso e o Bairro Alto, e ao longo dela a Prefeitura implanta 10 pólos de desenvolvimento para atender com infra-estrutura urbana, formação profissional e serviços cerca de 350 mil moradores de 18 bairros.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

As dezesseis horas do dia quinze de março de dois mil, reuniu-se a Comissão de Obras, com a presença de sete senhores deputados: Edson Strapasson que presidiu a reunião, Divanir Braz Palma, Beto Richa, Hidekazu Takayama, Duílio Genari, Moysés Leônidas e o Pastor Edson Praczyk participaram dos debates. O senhor presidente abriu a reunião e informou o assunto, sobre o pedágio. Comunicou aos presentes que a Comissão de Obras teria que tomar uma posição sobre o momento turbulento

que o Estado está passando com relação ao pedágio. A comissão tem que tomar uma posição, mas a decisão final é da justiça. Refere-se aos deputados Tony Garcia e Zuk, com todo respeito, que entraram com um projeto de lei tentando revogar a concessão. Entende que não é uma lei que vai revogar uma concessão, uma licitação feita em cima de um regimento, uma legislação superior. Mas que tem que se rediscutir o contrato. Esse contrato é regido pelo Direito Público, e no Direito Público, prevalece o interesse público. Não entende como não se possa justificar o interesse público em cima de dados que afrontam a questão técnica. Discorre sobre valores de obras que constam no contrato, valores astronômico. O deputado Moysés Leônidas relata que esteve em vários países e que todos têm pedágio e que ele não é contra, que o pedágio é bom para o Paraná, só que o governo entrou numa “sinuca de bico”, essa concessão se constituiu numa “vaca gorda”. E com a baixa de cinquenta por cento que o governo decretou as concessionárias estão apenas “maquiando” as estradas, não estão cumprindo o contrato. O deputado Moysés acha civilizado o pedágio, mas não da forma como está sendo feito, acha que o interesse público deve prevalecer e que as concessionárias devem ser chamadas a termo e firmarem o compromisso de duplicar as estradas. O presidente concorda e também diz que não é contra, desde que tenha um preço justo e que as empresas têm que reformular os mesmos. O deputado Moysés acredita que eles apostaram na falta de aparelhamento do governo, sem técnicos e com o DER ineficiente. O deputado Divanir diz que não assina nenhuma CPI por questão de convicção e que as praças de pedágio daqui 14/24 anos vão ser devolvidas para o governo e que este contrato foi analisado pela ALEP, o presidente diz que foi analisada a lei de concessões e não o contrato. O presidente acredita que o DER não tem condições de fiscalizar nada, que os funcionários são mal pagos e estão aguardando a aposentadoria e que as pessoas aceitaram o pedágio, só que tem que se criar mecanismos de compensação pois os caminhões estragam mais as estradas, que em Mato Grosso toda a mercadoria que entra paga 10% na fronteira, o Estado fez a parte dele. (Fez comparação de valores para construir estradas novas), o pedágio precisa continuar, mas revendo o contrato. O Sistema de fiscalização é necessário, não temos condições de fiscalizar. O presidente acredita que valores, investimentos, etc., está tudo sob suspeita, e que se deve fazer pressão ao governo para se constituir agências fiscalizadoras e que a Assembléia tem que tomar uma posição, achar uma proposta para o governo. O Pastor Edson enfatiza que o pedágio é importante desde que tenha tarifas justas e que se cumpra o acordo. O deputado Moysés acha que o caminhoneiro tem consciência que é bom e necessário desde que tenha condições de pagar, e que não temos condições de subsidiar o Mato Grosso, temos que cobrar na fonte. O deputado Duílio Genari também concorda com o pedágio, diz que é necessário, mas que o governo entrou numa

“fria”, só em querer firmas grandes, e que para ele o caminho é cancelar o contrato, pois os valores que eles citam são astronômicos (faz comparação de valores para construir estradas novas), acha que o pedágio precisa continuar, mas com contrato novo. O deputado Divanir diz que é impossível cancelar o contrato que eles acabariam ganhando na justiça, o deputado Duílio acha que o DER deve dar todo o maquinário que tem e ficar só como órgão fiscalizador, que desta forma como está o custo é muito alto. (Refere-se ao preço de metro quadrado do corte da grama que na região dele é de R\$0,5 centavos). O deputado Divanir pergunta sobre a sugestão de subsidiar. O deputado Duílio diz que as empresas vão cobrar do Estado, e que deveria deixar como está e aí entra o Estado. O deputado Divanir acha que vão desenvolver um meio termo prazo/preço. O deputado Hidekazu afirma que nos Estados de São Paulo nas vicinais e nas BR's cobram pedágio. O deputado Divanir diz que o nosso preço ainda é menor que os outros Estados. O deputado Hidekazu diz que nos outros Estados são mais caros e as estradas são piores, também relata que em outros países há opções de estradas com e sem pedágio. O deputado Divanir diz que o deputado Rossoni, sugeriu uma comissão, que deve ter duas frentes: uma para ver planilhas e critérios, para ver se precisa disso ou daquilo, se é necessário tudo que estão cobrando e outra para levantar com o DER, saber os parâmetros, fazer comparações. Acha que com as comparações as pessoas vão entender a necessidade do pedágio, ainda não entenderam porque não têm cultura para isso. O presidente acha que a idéia da comparação é boa e que assim pode haver um preço justo. Diz que a Assembléia deve fazer uma comissão mista, estudar uma planilha de preços, para subsidiar os caminhões e assim terem um preço diferenciado. O deputado Divanir acredita que a comissão não deverá ser mista, só com deputados. O deputado Duílio responde que: “A Comissão deverá ir par o Rio Grande do Sul e São Paulo”. O deputado Beto Richa concorda com o pensamento de todos, a necessidade do pedágio é unânime, só que o erro foi no início. Diz que não achou solução para este caso, não leu o contrato. Que é boa a idéia de visitar outros Estados, ouvir opiniões, mas nunca esquecendo o contrato. O deputado Takayama pergunta se o governo não pode anular o contrato. O deputado Beto Richa fala que não. O deputado Duílio comenta que o governo teria que analisar melhor o projeto antes de aprovar. (Faz cálculos entre carros e caminhões custo/preço). O presidente diz que a pavimentação depende da largura da rodovia e outros fatores, avalia preço unitário. Que o erro foi quando da licitação, que as grandes empresas não visam lucros pequenos e foi dado oportunidade para ganharem quanto quiserem. As

empresas foram anuladas pela média do capital, e que elas poderiam fazer um consórcio. Acredita que o governo tem que pressionar e que nós só podemos ter força a partir do momento que mostrar que esse contrato é lesivo ao interesse público. O deputado Duílio menciona que eles terceirizam que isso não é capacidade de capital social. O presidente reafirma que a justiça está analisando o contrato. O deputado Takayama pergunta se uma manifestação popular não ajudaria. O presidente diz que no dia vinte e sete o aumento deve ocorrer, aí realmente vai ter uma manifestação, mas que as empresas têm seguro de lucro cessante, é um contrato leonino, absurdo, mas tem que ver os interesses públicos, e as empresas não vão querer “perder a galinha de ouro”. O deputado Duílio acha que se saísse uma nota sobre o cancelamento do contrato ajudaria. O presidente diz que o objetivo da reunião é ouvir a opinião de cada um e analisar para condensar uma proposta. E que é boa a idéia da Assembléia avaliar outros Estados. (Serviços/planilha, sistema de controle/fiscalização). Deputado Takayama acha que se o Estado arrecadasse esse valor poderia fazer uma boa manutenção. O deputado Duílio acha que com o pedágio o DER seria uma grande empresa, se ele administrasse com recurso poderia ser uma potência. O deputado Takayama diz que o fato é que a empresa privada tem a pista dela e o governo outra. O presidente diz que a alternativa é o preço justo, mas que o governo tem que fiscalizar. O deputado Takayama dá como sugestão uma Comissão Permanente de Fiscalização, o presidente discute índices de correção de custo, diz que têm o maior índice de correção de consultoria, e que tudo é muito subjetivo, que eles podem fazer o que quiserem para justificar os preços. O deputado Duílio acredita que tem que se criar uma agência fiscalizadora, mas que se não tem poderes de mexer com o contrato que fique como está, e que teríamos que visitar outros Estados. O presidente diz que o que se busca é reduzir custos de serviços, conclui que não são contra o pedágio, mas que se deve provar para o lado jurídico que é contra os interesses públicos, e para o lado técnico que os valores são abusivos e que juridicamente não há muito que se discutir, mas sim tecnicamente. “Preços e Serviços lesivos ao interesse público”. Concorde ele, que tem que se buscar alternativas com pressão. Fica a possibilidade de se visitar outros Estados para ver documentos e que se entenderem que os preços são abusivos será a justificativa para fazer pressão. Nada mais havendo a tratar o presidente encerrou a reunião, que para constar efeitos legais eu, Sandra Zampier, lavrei a presente Ata.

(aa) EDSON STRAPASSON

Sandra Zampier - Secretária